



República de Moçambique
Ministério da Administração Estatal

PERFIL DO DISTRITO DE GUIJA PROVÍNCIA DE GAZA



Edição 2005

A informação incluída nesta publicação provém de fontes consideradas fiáveis e tem uma natureza informativa, não constituindo parecer profissional sobre a estratégia de desenvolvimento local. As suas conclusões não são válidas em todas as circunstâncias. Noutros casos, deverá ser solicitada opinião específica ao Ministério da Administração Estatal ou à firma MÉTIER - Consultoria & Desenvolvimento, Lda.

Série: Perfis Distritais

Edição: 2005

Editor: Ministério da Administração Estatal

Coordenação: Direcção Nacional da Administração Local

Copyright © 2005 Ministério da Administração Estatal.

Um resumo desta publicação está disponível na Internet em: <http://www.govnet.gov.mz/>

Assistência técnica: MÉTIER – Consultoria & Desenvolvimento, Lda

Um resumo desta publicação está disponível na Internet em: <http://www.metier.co.mz>

Índice

Prefácio	v
Siglas e Abreviaturas	vii
1 Breve Caracterização do Distrito	2
1.1 Localização, Superfície e População	2
1.2 Clima e Hidrografia	2
1.3 Relevo e Solos	3
1.4 Infra-estruturas	3
1.5 Economia e Serviços	4
1.6 Cenário político e sociedade	5
2 Demografia	7
2.1 Estrutura etária e por sexo	7
2.2 Traço sociológico	7
2.3 Línguas faladas	8
2.4 Analfabetismo e Escolarização	9
3 Habitação e Condições de Vida	10
4 Organização Administrativa e Governação	12
4.1 Governo Distrital	12
4.2 Síntese dos resultados da actividade dos órgãos distritais	13
4.2.1 Agricultura, Ambiente e Desenvolvimento Rural	13
4.2.2 Obras Públicas e Habitação	14
4.2.3 Comércio	15
4.2.4 Educação e Saúde	15
4.2.5 Cultura, Juventude e Desporto	15
4.2.6 Mulher e Coordenação da Acção Social	16
4.2.7 Justiça, Ordem e Segurança pública	16
4.3 Actividade de desminagem	16
4.4 Finanças Públicas	17
4.5 Constrangimentos à acção do Governo Distrital	18
4.6 Apoio externo e comunitário	18
5 Uso do Solo	19
5.1 Posse da terra	19
5.2 Trabalho agrícola	20
5.3 Utilização económica do solo	20
6 Educação	22
7 Saúde e Acção Social	24

7.1	Cuidados de saúde e quadro epidemiológico	24
7.2	Acção Social	25
8	Género	27
8.1	Educação	27
8.2	Actividade económica e exploração da terra	28
8.3	Governança	29
9	Actividade Económica	30
9.1	População economicamente activa	30
9.2	Rendimento e consumo familiar	31
9.3	Infra-estruturas de base	32
9.4	Agricultura e Desenvolvimento Rural	34
9.4.1	Zonas agro-ecológicas	34
9.4.2	Infra-estruturas e equipamento	34
9.4.3	Produção agrícola e sistemas de cultivo	35
9.4.4	Segurança alimentar	36
9.4.5	Pecuária	37
9.4.6	Florestas e Fauna bravia	37
9.5	Indústria e Comércio	38
	Anexo: Autoridade Comunitária no Distrito de Guíja	39
	Referências documentais	40

Lista de tabelas

TABELA 1:	População por posto administrativo, 1/1/2005	7
TABELA 2:	Agregados, segundo a sua dimensão e tipo sociológico	8
TABELA 3:	População, segundo o estado civil e crença religiosa	8
TABELA 4:	População com 5 anos ou mais, e conhecimento de Português	8
TABELA 5:	População com 5 ou mais anos e alfabetização, 1997	9
TABELA 6:	Famílias, segundo as condições básicas de vida	10
TABELA 7:	Programas de acção social, 2000-2003	16
TABELA 8:	População com 5 anos ou mais e frequência escolar	22
TABELA 9:	População com 5 anos ou mais, por ensino que frequenta	23
TABELA 10:	População com 5 anos ou mais, por ensino concluído	23
TABELA 11:	Escolas, Alunos, Professores – 2003	23
TABELA 12:	Unidades de saúde, Camas e Pessoal, 2003	24
TABELA 13:	Prestação de serviços de cuidados de saúde	24
TABELA 14:	População de 5 anos ou mais, e orfandade, 1997	25
TABELA 15:	População deficiente, por grupo etário, 1997	25
TABELA 16:	Programas de acção social, 2000-2003	26
TABELA 17:	População activa, processo de trabalho e actividade, 2005	31
TABELA 18:	Rede de Estradas Existente	33
TABELA 19:	Produção agrícola, por culturas: 2000-2003	36

Lista de figuras

FIGURA 1:	Famílias, segundo as condições de vida que possuem	10
FIGURA 2:	Habitações segundo o tipo de material	11
FIGURA 3:	Habitações segundo o tipo de acesso a água	11
FIGURA 4:	Estrutura da Receita e da Despesa do Orçamento, 2004	17
FIGURA 5:	Estrutura de base da exploração agrária da terra	20
FIGURA 6:	Explorações e área, por culturas alimentar principal	21
FIGURA 7:	População com 5 anos ou mais, por ensino que frequenta	22
FIGURA 8:	Quadro epidemiológico, 2003	25
FIGURA 9:	Indicadores de escolarização	27
FIGURA 10:	Quota das mulheres no trabalho agrícola e remunerado	28
FIGURA 11:	População activa, processo de trabalho e actividade	30
FIGURA 12:	Estrutura do consumo médio das famílias	31
FIGURA 13:	Distribuição das famílias, por rendimento mensal	32



Prefácio



Com 800 mil km² de superfície e uma população de 19,5 milhões de habitantes, Moçambique inicia o séc. XXI, com exigências inadiáveis de engajamento de todos os níveis da sociedade e dos vários intervenientes institucionais e parceiros de cooperação, num esforço conjugado de combate

à pobreza e desigualdade e de promoção do desenvolvimento económico e social do País.

Efectivamente, alcançar estes propósitos, num contexto de interdependência dos objectivos de reconstrução e desenvolvimento com os do crescimento, requer o empenho de todos os sectores, grupos e comunidades da sociedade moçambicana.

Na esfera da governação, esta exigência abrange todos os níveis territoriais e cada uma das instituições públicas, estando a respectiva política do Governo enunciada nos preceitos Constitucionais sobre a Descentralização e a Reforma do Sector Público.

A Lei dos Órgãos Locais, n.º 8/2003 de 27 de Março, ao estabelecer os novos princípios e normas de organização, competências e de funcionamento destes órgãos nos escalões de província, distrito, posto administrativo e localidade, dotou o processo de um novo quadro jurídico que reforça e operacionaliza a importância estratégica da governação local.

Neste contexto, o *Distrito* é um conceito territorial e administrativo essencial à programação da actividade económica e social e à coordenação das intervenções das instituições nacionais e internacionais. Avaliar o potencial distrital e o seu grau de sustentabilidade, bem como o nível de ajustamento do respectivo aparelho administrativo e técnico às necessidades do desenvolvimento local, é, pois, um passo primordial.

É, neste contexto, que o Ministério da Administração Estatal elaborou e procede à publicação dos Perfis dos 128 Distritos de Moçambique.

Fá-lo, numa abordagem integrada com o processo de fortalecimento da gestão e planificação locais, proporcionando – para cada distrito, no período que medeia 2000 a 2004 – uma avaliação detalhada do grau local de desenvolvimento humano, económico e social.

Estamos certos que este produto, apetrechará as várias Instituições públicas e privadas, nacionais ou internacionais, com um conhecimento de todo o país, que potencia o prosseguimento coordenado das acções de combate à pobreza em Moçambique.



República de Moçambique
Ministério da Administração Estatal

Efectivamente, entendemos os Perfis Distritais como um contributo para um processo de gestão que integra, por um lado, os aspectos organizacionais e de competências distritais e, por outro, as questões decorrentes do desenvolvimento e da descentralização nas áreas da planificação e da afectação e gestão dos recursos públicos.

A presidir à definição do seu conteúdo e estrutura, está subjacente a intenção de fortalecer um ambiente de governação:

- dominado pela visão estratégica local e participação comunitária;
- promotor da gradual implementação de modelos de negócio da administração distrital ajustados às prioridades da região, ao quadro de desconcentração de competências e ao sistema de afectação de recursos públicos; e
- integrado em processos de apropriação local na decisão e responsabilização na execução.

Para a sua elaboração, foram preciosos os contributos recebidos de várias instituições ao nível central e local, de que destacamos, todos os Governos Provinciais e Distritais, o Instituto Nacional de Estatística, o Ministério do Plano e Finanças, o Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural, o Ministério da Educação e o Ministério da Saúde.

A todos os intervenientes e, em particular aos Administradores de Distrito, que estas publicações sejam consideradas como um gesto de agradecimento e devolução. Uma menção de apreço, ainda, ao grupo MÉTIER, Consultoria e Desenvolvimento, pela assistência técnica prestada na análise da vasta informação recolhida.

A finalizar, referir que a publicação destes Perfis insere-se num esforço continuado, por parte do Ministério da Administração Estatal e da sua Direcção Nacional de Administração Local, de monitoria do desenvolvimento institucional da administração pública local e do seu gradual ajustamento às exigências do desenvolvimento e crescimento em Moçambique.

Entusiasmamos, pois, todas as contribuições e comentários que possam fazer chegar a essa Direcção Nacional, no sentido de melhorar e enriquecer o conteúdo futuro dos Perfis.

Maputo, 25 de Setembro de 2005.



Lucas Chómera Jeremias

Ministro da Administração Estatal

Siglas e Abreviaturas

AD	Administração Distrital
DDADR	Direcção Distrital de Agricultura e Desenvolvimento Rural
DDMCAS	Direcção Distrital da Mulher e Coordenação da Acção Social
DNAL	Direcção Nacional da Administração Local
DNPO	Direcção Nacional do Plano e Orçamento
EDM	Electricidade de Moçambique
EN	Estrada Nacional
IAF	Inquérito aos agregados familiares, sobre o orçamento familiar
INE	Instituto Nacional de Estatística
IRDF	Inquérito às receitas e despesas das famílias
MADER	Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural
MAE	Ministério da Administração Estatal
MPF	Ministério do Plano e Finanças
PA	Posto Administrativo
PIB	Produto Interno Bruto
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PRM	Polícia da República de Moçambique
TDM	Telecomunicações de Moçambique
PSAA	Pequeno Sistema de Abastecimento de Água

Map of the Gaza District in Mozambique. The map shows the Limpopo River forming the border with Zimbabwe to the north and the Beitbridge area to the east. Major towns and locations marked include Vila E. Mondlane, Massingao, Nalaze (circled in blue), Alto Changane, Xai-Xai, and various smaller settlements like Mavotze, Mabalane, and Chibuto. The map also shows the Mopani Dam and the Beitbridge Dam. The word 'GAZA' is prominently displayed in the bottom left corner. The map includes a scale bar (0-150 km) and labels for neighboring regions like Manica and Inharrim.

GAZA

1 Breve Caracterização do Distrito

1.1 Localização, Superfície e População

O distrito de Guijá está localizado a Sudeste da província de Gaza e situa-se entre os paralelos 23° 50' e 24° 50' de latitude Sul, e entre 32° 25' e 33° 40' de longitude Este.

Está limitado a Norte pelo distrito de Chigubo, a Noroeste pelo distrito de Mabalane, a Sul pelo distrito de Chókwè e a Este pelo distrito de Chibuto.

Com uma superfície¹ de 4.207 km² e uma população recenseada em 1997 de 57.217 habitantes e estimada à data de 1/1/2005 em cerca de 71.127 habitantes, o distrito de Guija tem uma densidade populacional de 17 hab/km².

A relação de dependência económica potencial é de aproximadamente 1:1.4, isto é, por cada 10 crianças ou anciões existem 14 pessoas em idade activa.

A população é jovem (42%, abaixo dos 15 anos de idade), maioritariamente feminina (taxa de masculinidade de 43%) e de matriz rural (taxa de urbanização de 8%).

1.2 Clima e Hidrografia



O clima do distrito é dominado por zonas do tipo semi-árido seco, com temperaturas médias anuais entre 24-26° C, caracterizado por precipitação baixa e irregular, tornando a agricultura em sequeiro numa actividade de risco.

A precipitação anual situa-se entre 400 e 600mm, mostrando um aumento relativo de pluviosidade de Noroeste (posto administrativo de Nalazi) para Sudeste (posto administrativo de Chivongoene). O período de crescimento anual das plantas aumenta de 60 para 90 dias de Ocidente para Oriente.

O Distrito situa-se na margem esquerda do Rio Limpopo, sendo ainda percorrido pelos riachos Nandjote, Plane, Chichacuane e Balabala, que se juntam em Chibuto para formar o rio Changane. Estes riachos, de regime periódico, requerem algum investimento em infra-estruturas para retenção de água. Para além destes rios, destacam-se as lagoas de Bambeni e Linguaze.

¹ Direcção Nacional de Terras CADASTRO NACIONAL DE TERRAS <http://www.dinageca.gov.mz/dnt/>

1.3 Relevo e Solos

O distrito de Guijá situa-se numa planície com altitude inferior a 100 metros. Em termos geológicos, é composto por depósitos indiferenciados, com excepção da zona do vale do rio Limpopo, que corre em toda a sua fronteira meridional, onde ocorrem aluviões.

A norte da vila de Caniçado (Mubangoene) ocorrência de solos arenosos e na parte Sudeste (Chivongoene), as argilas vermelhas e plásticas.

No que se refere à morfologia, verifica-se a ocorrência de planícies de acumulação, formadas por materiais argilosos e de aluvião-proluvião, sobretudo na sua metade Norte (Nalazi) e de planícies baixas de natureza sedimentar fluvio-marinha, na sua metade Sul (Mubangoene e Chivongoene).

Ao longo do rio Limpopo, ocorrem os vales abaixados com depósitos aluviais, bons para a agricultura. No Norte ocorrem pequenas manchas de pântanos, ocupando leitos móveis com depósitos proluvionares e no Sudeste (Chivongoene) observam-se fundos e vertentes dos vales dos rios Plane e Balabala com terraços.

1.4 Infra-estruturas

O distrito está coberto por ligações telefónicas e via rádio na sede, e é servido pelo transporte fluvial e rodoviário, estando os seus 229km de estradas primárias, secundárias e terciárias, em geral, transitáveis.

O principal laço económico do distrito é com Chókwè, que possui infra-estruturas mais desenvolvidas, sendo a ligação feita por via rodoviária e através de pequenas embarcações.




O acesso à água potável continua a ser uma necessidade não satisfeita, sobretudo a norte do distrito. A maior parte das aldeias tem acesso a furos com bombas, mas de um total de 150 furos/poços, só 110 estão operacionais.

Na época seca, alguns furos e poços secam, obrigando a população a recorrer às fontes de água não melhoradas como os rios, lagos e charcos.

De acordo com os dados do Censo de 1997, só a vila de Caniçado beneficia de energia eléctrica, que cobre cerca de 11% da população do aglomerado, o que corresponde a 1% da população total do distrito. De salientar que estão em curso, presentemente, as obras de conclusão e montagem da fase de reabilitação da rede eléctrica de Guija.

O distrito do Guija possui 62 escolas (das quais, 36 do ensino primário nível 1), e está servido por 8 unidades sanitárias, que possibilitam o acesso progressivo da população aos serviços do

Sistema Nacional de Saúde, apesar de a um nível bastante insuficiente como se conclui dos seguintes índices de cobertura média:

-  - Uma unidade sanitária por cada 9 mil pessoas;
-  - Uma cama por mil habitantes; e
-  - Um profissional técnico para cada 3 mil residentes no distrito.

Apesar dos esforços realizados, importa reter que o estado geral de conservação e manutenção das infra-estruturas não é suficiente, sendo de realçar a rede de bombas de água a necessitar de manutenção e a rede de estradas e pontes quase na época das chuvas tem problemas de transitibilidade.

1.5 Economia e Serviços

Guijá está situado na zona que já foi apelidada celeiro do país, dadas as potencialidades dos seus solos para a produção de cereais, hortícolas e outras culturas alimentares e de rendimento, sendo uma região onde o declínio de produtividade e a erosão dos solos são baixos.

De acordo com o Instituto Nacional de Investigação Agronómica, o distrito encontra-se localizado numa região agro-ecológica caracterizada por precipitações baixas e irregulares, tornando a agricultura de sequeiro de alto risco.

É na faixa do distrito atravessada pelo rio Limpopo (cerca de 10% do leito do rio), que é possível fazer agricultura irrigada, possuindo este distrito cerca de 400 hectares de regadios não operacionais. Está em curso um plano para a sua reabilitação, mas a capacidade financeira dos proprietários e utentes é um entrave à sua célere implementação.

Devido à relativa baixa densidade populacional, o distrito tem uma baixa ocupação e aproveitamento da terra. Assim, à excepção dos recursos hídricos, não é comum emergirem conflitos significativos pela posse da terra e, consequentemente, por outros recursos a ela ligados, tais como a lenha e áreas de pastagem para o gado.

De um modo geral, a agricultura no distrito é praticada em explorações familiares, em regime de sequeiro e consociação de culturas com base em variedades locais, havendo em algumas regiões o recurso à tracção animal e tractores.



Ainda são visíveis os efeitos das cheias de 2000 que afectaram principalmente toda a região sul do distrito, que se encontra no vale do Limpopo, incluindo a Vila de

Cançado, tendo danificado o seu sistema de abastecimento de água e outras infra-estruturas desta vila e das povoações comerciais de Javanhane e de Ngomane, afectando 4.500 famílias (27.000 pessoas) e provocando 65 óbitos.

Somente em 2003, após o período de estiagem que se seguiu, e a reabilitação de algumas infra-estruturas agrícolas, se voltou a intensificar a exploração da zona baixa do distrito, iniciando a recuperação dos níveis de produção de campanhas anteriores.

Dados do levantamento dos “Médicos sem Fronteiras” permitem estimar em 3,5 meses, a média de reservas alimentares por agregado familiar de cereais e mandioca, estimando-se que 5% da população esteja em situação potencialmente vulnerável.

O fomento pecuário tem sido fraco. Porém, o investimento privado e a tradição na criação de gado e uso de tracção animal, conduziram ao crescimento significativo do efectivo.

O distrito possui recursos florestais que a população local aproveita para o fabrico de utensílios domésticos e para artesanato. A lenha e o carvão são os principais combustíveis domésticos, enfrentando o distrito problemas de desflorestamento e erosão.

O distrito possui um fraco potencial piscívora. O produto da caça complementa a dieta alimentar das populações, sendo a caça furtiva o principal constrangimento para a conservação da fauna.

A indústria local é muito pouco desenvolvida, sendo a actividade artesanal em vários ofícios uma alternativa imediata à actividade agrícola, ou prolongamento da sua actividade. A comercialização agrícola é fraca e, das 30 lojas existentes no distrito, só 10 estão operacionais. O potencial turístico do distrito não é relevante.

Funcionam no distrito delegações das Telecomunicações de Moçambique, Correios de Moçambique, Electricidade de Moçambique. No distrito não há fontes de crédito operantes. O crédito formal, escasso, é acessível através de ONG's ou fundos especiais associados à recuperação de calamidades naturais.

1.6 Cenário político e sociedade



No âmbito da implementação do Decreto 15/2000 sobre as autoridades comunitárias de 1ª e 2ª linhas (régulos, chefes de terras e secretários de bairro), de acordo com as entidades distritais, foi levado a cabo um trabalho de divulgação do mesmo em todos os Postos Administrativos, Localidades, Aldeias e Povoações, tendo sido envolvidas todas as camadas sociais.

Este trabalho culminou com a legitimação pelas respectivas comunidades de 2 Régulos (Nalazi e Chivongoene), 10 Chefes de terras (1 em Nalazi, 7 em Mubangoene, 1 em Chivongoene e 1 em Caniçado) e 2 Secretários de bairro em Chivongoene, tendo já sido reconhecidos pela autoridade competente 10 líderes comunitários locais

A relação entre a Administração e as autoridades comunitárias é positiva e tem contribuído para a solução dos vários problemas locais, nomeadamente os surgidos devido aos conflitos de terras existentes no distrito.

Em relação à religião existem várias crenças no distrito e representantes das respectivas hierarquias e que se têm envolvido, em coordenação com as autoridades distritais em várias actividades de índole social. A religião dominante é a Sião/Zione, praticada pela maioria da população do distrito.

2 Demografia



A superfície do distrito é de 4.207 km² e a sua população está estimada em 71 mil habitantes à data de 1/1/2005. Com uma densidade populacional aproximada de 17 hab/km², prevê-se que o distrito em 2010 venha a atingir os 83 mil habitantes.

2.1 Estrutura etária e por sexo

Com uma população jovem (42%, abaixo dos 15 anos), tem um índice de masculinidade de 43% e uma taxa de urbanização de 8%, concentrada na Vila do Caniçado e zonas periféricas de matriz semi-urbana.

A estrutura etária do distrito reflecte uma relação de dependência económica aproximada de 1:1.4, isto é, por cada 10 crianças ou anciões existem 14 pessoas em idade activa.

TABELA 1: População por posto administrativo, 1/1/2005

	TOTAL	Grupos etários				
		0 - 4	5 - 14	15 - 44	45 - 64	65 e mais
Distrito de Guija	71.127	11.451	18.509	28.276	9.317	3.574
Homens	30.722	5.654	9.250	10.938	3.555	1.325
Mulheres	40.405	5.798	9.259	17.338	5.762	2.249
P.A. da Vila de Caniçado	6.090	965	1.595	2.436	753	341
Homens	2.655	474	793	978	278	132
Mulheres	3.435	491	802	1.458	475	209
P.A. de Chivonguene	27.736	4.122	7.329	11.006	3.784	1.494
Homens	11.781	2.006	3.661	4.161	1.410	543
Mulheres	15.955	2.116	3.668	6.846	2.374	951
P.A. de Mubanguene	28.665	4.816	7.411	11.536	3.585	1.316
Homens	12.507	2.393	3.693	4.519	1.418	484
Mulheres	16.158	2.423	3.718	7.017	2.167	833
P.A. de Nalazi	8.636	1.549	2.173	3.297	1.195	423
Homens	3.779	781	1.103	1.280	449	167
Mulheres	4.857	768	1.070	2.016	746	256

Fonte: Estimativa da MÉTIER, na base do INE, Dados do Censo de 1997.

Na zona dos PA's de Chivonguene e Mubanguene, que ocupam 46% da superfície do distrito, residem 80% dos seus habitantes.

2.2 Traço sociológico

Das 16.505 famílias do distrito, a maioria é do tipo sociológico alargado (44%), isto é, com um ou mais parentes para além de filhos e têm, em média, 3 a 5 membros.

TABELA 2: Agregados, segundo a sua dimensão e tipo sociológico

% de agregados, por dimensão			Média de pessoas, por agregado		
1 - 2	3 - 5	6 e mais	TOTAL	< 15 anos	≥ 15 anos
30,9%	41,2%	27,9%	4,2	1,8	2,4
TIPO SOCIOLÓGICO DE AGREGADO FAMILIAR					
Unipessoal	Monoparental ⁽¹⁾		Nuclear		Alargado ⁽²⁾
	Masculino	Feminino	Com filhos	Sem filhos	
16,6%	1,5%	13,9%	17,9%	6,5%	43,5%

Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Dados do Censo de 1997.

1) Família com um dos pais.

2) Família nuclear ou monoparental com ou sem filhos e um ou mais parentes.

Na sua maioria casados, após os 12 anos de idade, têm forte crença religiosa, dominada pela religião Sião ou Zione.

TABELA 3: População, segundo o estado civil e crença religiosa

Com < 12 anos	Com 12 anos ou mais, por Estado civil				
	Total	Solteiro	Casado ou união	Separado/ Divorciado	Viuvo
32,7%	67,3%	26,5%	31,6%	3,6%	5,5%
Com Crença Religiosa					
Total	Sião / Zione	Católica	Evangélica	Animista	Outra
100,0%	32,4%	6,9%	4,0%	1,5%	55,2%

Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Dados do Censo de 1997.

2.3 Línguas faladas

Tendo por língua materna dominante o Xitsonga, somente 24% da população do distrito com 5 ou mais anos de idade têm conhecimento da língua portuguesa, sendo este domínio predominante nos homens, dada a sua maior inserção na vida escolar e no mercado de trabalho.

TABELA 4: População com 5 anos ou mais, e conhecimento de Português

	Sabe falar Português			Não sabe falar Português		
	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
Distrito de GUIJA	24,3%	13,2%	11,3%	75,7%	29,0%	46,7%
5 - 9 anos	1,3%	0,6%	0,7%	14,3%	7,0%	7,3%
10 - 14 anos	5,2%	2,6%	2,5%	10,2%	5,2%	5,0%
15 - 19 anos	6,0%	3,1%	3,1%	8,8%	3,6%	5,2%
20 - 44 anos	9,3%	4,7%	4,6%	23,4%	7,2%	16,2%
45 anos e mais	2,6%	2,1%	0,5%	19,0%	6,1%	13,0%
P. A. da Vila de Caniçado	48,4%	24,2%	24,2%	51,6%	18,4%	33,3%
P. A. de Chivonguene	23,3%	12,4%	10,9%	76,7%	29,0%	47,7%
P. A. de Mubanguene	22,2%	12,1%	10,1%	77,8%	30,3%	47,5%
P. A. de Nalazi	17,4%	9,9%	7,5%	82,6%	32,4%	50,2%

Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Dados do Censo de 1997.

2.4 Analfabetismo e Escolarização

Com 70% da população analfabeta, predominantemente mulheres, o distrito de Guija tem uma taxa de escolarização baixa, constatando-se que só 32% dos seus habitantes frequentam ou já frequentaram a escola primária.

TABELA 5: População com 5 ou mais anos e alfabetização, 1997

	Taxa de analfabetismo		
	TOTAL	Homens	Mulheres
DISTRITO DE GUIJA	70,6%	63,1%	76,0%
5 - 9	92,6%	92,7%	92,5%
10 - 14	61,0%	61,9%	60,1%
15 - 44	60,9%	50,6%	67,4%
45 e mais	82,7%	64,6%	93,7%
P. A. da Vila de Caniçado	50,3%	41,8%	56,6%
P. A. de Chivonguene	70,5%	62,9%	75,8%
P. A. de Mubanguene	72,8%	65,8%	78,0%
P. A. de Nalazi	74,1%	70,2%	83,8%

Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Dados do Censo de 1997.

3 Habitação e Condições de Vida



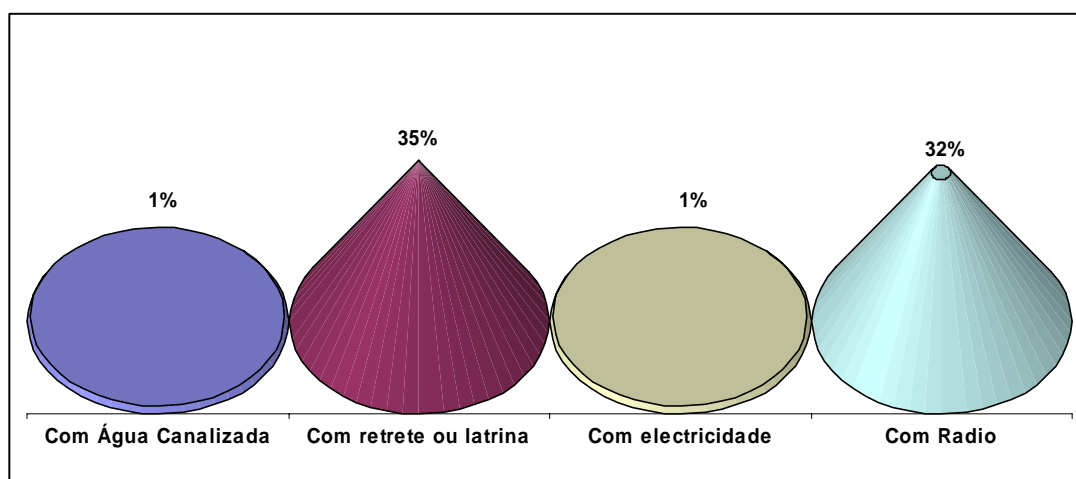
O tipo de habitação modal do distrito é “*a palhota, com pavimento de terra batida, tecto de capim ou colmo e paredes de caniço ou paus*”.

As casas de madeira e zinco (19%) e de bloco ou tijolo (5%) representam somente 24% do total das habitações

do distrito. Em relação a outras utilidades, o padrão dominante é o de famílias “*sem rádio e electricidade, dispondo de uma bicicleta em cada seis famílias, e vivendo em palhotas sem latrina e água colhida directamente em poços ou furos*”.

A vila do Caniçado é a zona que apresenta melhores condições habitacionais, verificando-se que “*a maioria das suas famílias têm rádio, 85% vivem em casas com latrina, 10% com água canalizada fora de casa e 11% têm energia eléctrica*”.

FIGURA 1: Famílias, segundo as condições de vida que possuem



Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Dados do Censo de 1997.

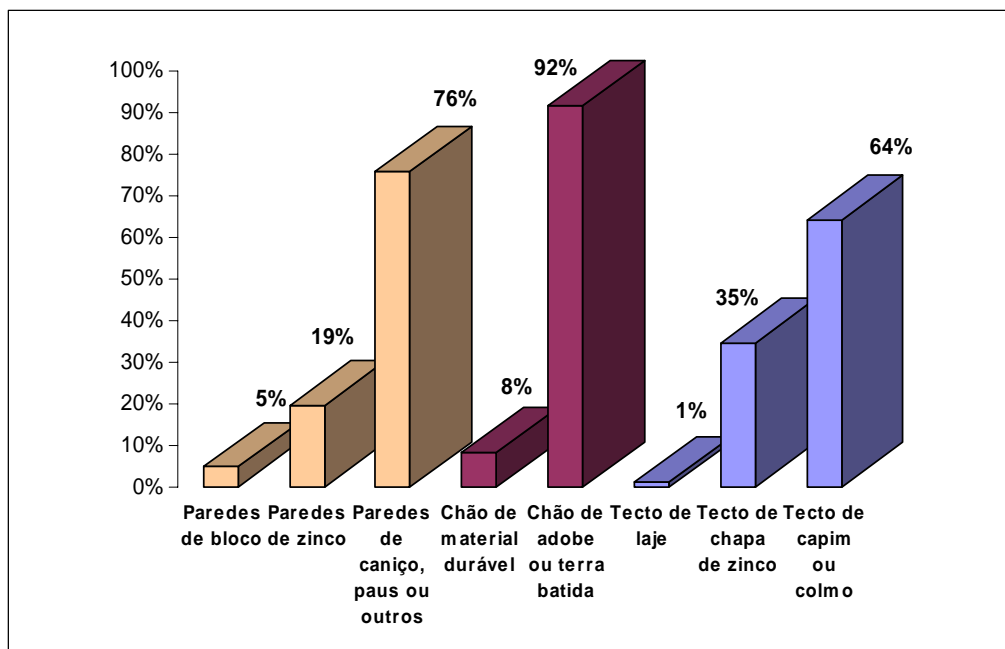
TABELA 6: Famílias, segundo as condições básicas de vida

CONDIÇÕES BÁSICAS EXISTENTES	TOTAL		TIPO DE HABITAÇÃO					
			Moradia ou Apartamento		Casa de madeira e zinco		Palhota ou casa precária	
	Casas	Pessoas	Casas	Pessoas	Casas	Pessoas	Casas	Pessoas
DISTRITO DE GUIJA	12.253	57.095	728	4.014	2.313	12.941	9.212	40.140
Com Água Canalizada	1%	1%	11%	10%	1%	1%	0%	0%
Com retrete ou latrina	35%	41%	65%	70%	43%	47%	30%	36%
Com electricidade	1%	1%	10%	12%	1%	1%	0%	0%
Com Radio	32%	41%	57%	67%	51%	57%	25%	34%

Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Dados do Censo de 1997.

No que diz respeito às paredes, pavimento e tecto, o material de construção dominante é, respectivamente o caniço ou paus, a terra batida e o capim ou colmo.

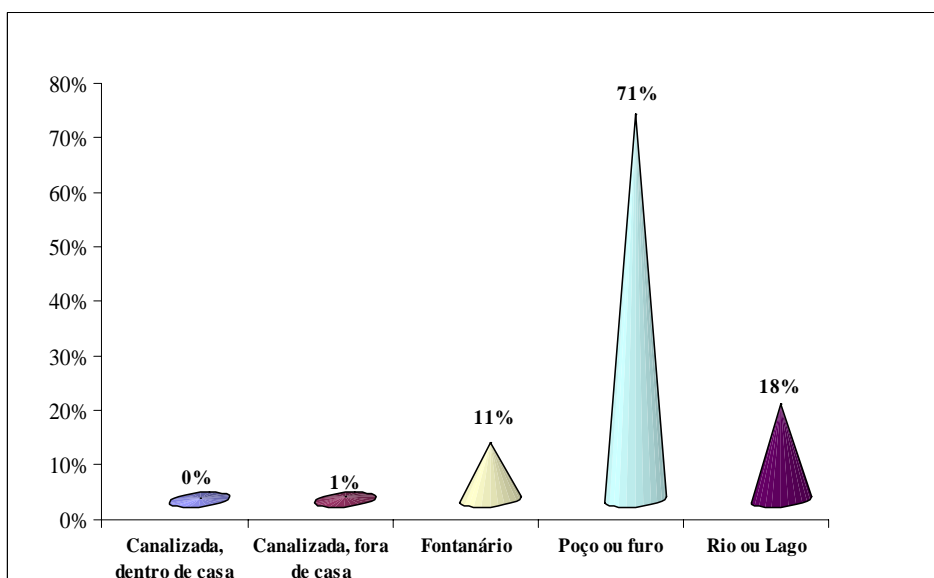
FIGURA 2: Habitações segundo o tipo de material



Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Dados do Censo de 1997.

Em particular, no que concerne às fontes de abastecimento de água, verifica-se que na sua maioria a população do distrito recorre directamente a poços ou furos (71%) ou aos rios e lagos (18%). Os pequenos sistemas de fontanários cobrem apenas 14% das habitações do distrito.

FIGURA 3: Habitações segundo o tipo de acesso a água



Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Dados do Censo de 1997.

4 Organização Administrativa e Governação

O distrito é constituído por quatro Postos Administrativos: Vila do Caniçado, a sede do distrito, Chivongoene, Mubangoene e Nalázi, que estão subdivididos em 8 localidades.

Posto Administrativo	Localidades
Caniçado	Vial do Caniçado (Sede) Maguiguana
Chivongoene	Chibabel Chivongoene
Mubangoene	Mubangoene M'pelane Tomanine
Nalázi	Nalazi Bola-Vala





4.1 Governo Distrital

O Governo Distrital, dirigido pelo Administrador de Distrito, está estruturado nos seguintes níveis de direcção e coordenação:



- Gabinete do Administrador, Administração e Secretaria;
- Direcção Distrital da Agricultura e Desenvolvimento Rural;
- Direcção Distrital do Comércio, Indústria e Turismo;
- Direcção Distrital da Educação;
- Direcção Distrital da Saúde;
- Direcção Distrital da Cultura, Juventude e Desporto;
- Direcção Distrital das Mulher e Coordenação da Acção Social;
- Órgãos de Justiça (Registo e Notariado e Tribunal Judicial);
- Comando Distrital da PRM.

Com um total de 31 funcionários (dos quais, 9 são mulheres), apresenta a seguinte distribuição por categorias profissionais:

	Técnicos Médios	2
	Assistentes Técnicos	9
	Operários, Auxiliares Administrativos e Agentes de Serviço	11
	Pessoal auxiliar	9

O sistema de governação vigente é baseado no Conselho Executivo. Em resultado da aprovação das Leis 6/78 e 7/78, este substituiu a Câmara Municipal local que era dirigida pelo Administrador do Distrito, por acumulação de funções, por força do artigo 491 da Reforma Administrativa Ultramarina (RAU).

O Conselho Executivo local é um órgão distinto do Aparelho do Estado no escalão

correspondente, com as seguintes funções:

- ✚ Dirigir as tarefas políticas do Estado, bem como as de carácter económico, social e cultural.
- ✚ Dirigir, coordenar e controlar o funcionamento dos órgãos do Aparelho do Estado.

O Conselho Executivo é dirigido por um Presidente, que geralmente por acumulação de funções é o Administrador do Distrito, o qual é nomeado pelo Ministro da Administração Estatal.

Ao nível do distrito o Aparelho do Estado é constituído pela Administração do Distrito e restantes direcções e sectores distritais. O Administrador por sua vez responde perante o Governo Provincial e Central, pelos vários sectores de actividades do Distrito organizados em Direcções e Sectores Distritais.

A governação tem por base os Presidentes das Localidades, Autoridades Comunitárias e Tradicionais. Os Presidentes das Localidades são representantes da Administração e subordinam-se ao Chefe do Posto Administrativo e, consequentemente, ao Administrador Distrital, sendo coadjuvados pelos Chefes de Aldeias, Secretários de Bairros, Chefes de Quarteirões e Chefes de Blocos.

As instituições do distrito operam com base nas normas de funcionamento dos serviços da Administração Pública, aprovadas pelo Decreto 30/2001 de 15 de Outubro, do Conselho de Ministros, publicado no Boletim da república nº 41, I Série, Suplemento.

A actividade do governo distrital segue uma abordagem essencialmente empírica e de contacto com a comunidade. Importa que esta prática venha a ser sistematizada em sistemas de planificação e controlo regulares e fiáveis, bem como seja baseada numa visão estratégica que oriente o planeamento anual e faça convergir de forma eficaz os esforços sectoriais.

4.2 Síntese dos resultados da actividade dos órgãos distritais

Nesta secção, sem pretender ser exaustivo transcrevendo o rol de funções oficiais das Administrações já publicadas oficialmente, focam-se as principais actividades de intervenção pública directa que contribuem para o desenvolvimento social e económico do distrito.

4.2.1 Agricultura, Ambiente e Desenvolvimento Rural

Devido à relativa baixa densidade populacional, o distrito tem uma baixa ocupação e aproveitamento da terra. Assim, não é comum emergirem conflitos significativos pela posse da terra e, consequentemente, por outros recursos a ela ligados, tais como a lenha e áreas de pastagem para o gado. A excepção vai para os recursos hídricos, sobre os quais surgem disputas no seu acesso. De um modo geral, a agricultura no distrito é praticada em regime de consociação

de culturas com base em variedades locais.

O início do século foi marcado pelas cheias de 2000 e chuvas acima do normal que destruíram as culturas. Nos anos seguintes, o cenário de estiagem e seca caracterizado por chuvas abaixo do normal e irregulares criaram uma situação de insegurança alimentar, exigindo do Governo Distrital iniciativas enérgicas estruturantes e de mitigação, de que se destacam:

- ✚ A construção de cinco novas represas de múltiplo propósito com o apoio financeiro do PMA e, com envolvimento activo das comunidades, nos PA's de Nalaze (Localidades de Nalazi, Chotsuane, Mafada e Bala-Vala) e no PA de Chivonguene (Localidade de Chimbembe);
- ✚ A implementação de programas de fomento de gado bovino patrocinados e implementados pelas ONG's, sendo de destacar a reabilitação de algumas infra-estruturas veterinárias;
- ✚ O financiamento, em pequena escala, pelo Fundo de Fomento Agrário da constituição de capital para as campanhas agrícolas, especialmente a produção de cereais e hortícolas por parte do sector privado;
- ✚ A divulgação da legislação existente sobre a terra e sobre a utilização de recursos naturais.

A área actualmente cultivada situa-se em 20% da globalidade do distrito, sendo a agricultura a actividade mais exercida pela população.

4.2.2 Obras Públicas e Habitação

Tem a seu cargo a execução do investimento e promoção da manutenção de infra-estruturas locais, nomeadamente:

- ✚ **Estradas e pontes:** Os 229km de estradas primárias, secundárias e terciárias do distrito estão, em geral, transitáveis. A reabertura de estradas terciárias tem tido um impacto muito importante nos sectores da educação e saúde, bem como no transporte de ajuda alimentar e no regresso dos deslocados, sendo a sua manutenção garantida pela comunidade no quadro dos programas PMA “comida pelo trabalho”.
- ✚ **Abastecimento de água:** No distrito de Guijá, a maior parte das aldeias tem acesso a furos com bombas (de um total de 150 furos/poços, só 110 estão operacionais), que constituem a principal fonte de água no distrito. A sua construção ou reabilitação contou com o apoio de várias organizações, porém não existe disponibilidade local de peças em caso de avaria.
- ✚ **Energia:** Nesta área a prioridade tem sido a ampliação da rede de transporte e distribuição e a electrificação rural; a reabilitação das infra-estruturas danificadas e obsoletas; a construção de novas redes em alguns Postos Administrativos e Localidades; e a realização de acções visando a redução do consumo do combustível lenhoso pela população através da disseminação da política do uso de petróleo de iluminação e energias renováveis.

- ✚ **Imóveis na posse do governo distrital:** No distrito têm sido reabilitados e mantidos, apesar da falta de recursos, os principais edifícios públicos;
- ✚ **Apoio às vítimas das cheias de 2000:** Construção de casas com material convencional e misto para as vítimas das cheias.

Apesar dos esforços realizados, o estado geral de conservação e manutenção das infra-estruturas não é suficiente, sendo de realçar a rede de bombas de água a necessitar de manutenção e a rede de estradas terciárias que na época das chuvas tem problemas de transitibilidade, pelo que é essencial a afectação de recursos públicos para a sua reabilitação corrente.

4.2.3 Comércio

A principal restrição a uma maior comercialização é o baixo nível de excedentes, a par dos baixos preços praticados e da falta de bens de consumo para compra. No sector comercial formal estão em funcionamento apenas 10 lojas, havendo 20 inoperacionais. A recuperação dos estabelecimentos inoperacionais está condicionada a investimentos que os antigos proprietários não têm capacidade de fazer, uma vez que se encontram descapitalizados.

4.2.4 Educação e Saúde

Foi introduzida pela primeira vez neste distrito o curso nocturno do EP2 com 126 alunos e no ano de 2002 arrancou a Alfabetização e Educação de Adultos com 359 educandos. Com material precário ergueram-se 16 salas de aulas e 22 casas de professores, no âmbito do Programa “comida pelo trabalho” facilitado pelo PMA.

Para responder à falta de salas de aulas e casas para professores, foram também construídas com financiamento da CARITAS, LWF e UDEBA, mais 15 salas de aulas (das quais 4 por concluir), 3 blocos administrativos, 1 cisterna e 1 biblioteca. Está em carteira o fabrico de blocos para a construção de mais 3 salas de aulas e 1 bloco administrativo na EP1 de Nalaze.

Na área da saúde assinala-se a reabilitação das infra-estruturas dos Postos de Saúde de Chibabel e Nalazi. Para elucidar o envolvimento comunitário nestas actividades destaca-se a contratação

4.2.5 Cultura, Juventude e Desporto

Na área da cultura existem vários grupos que praticam diverso tipo de danças e cânticos típicos de toda a região.

No concernente à juventude, destaca-se a existência de grupos activistas e associações juvenis que se dedicam a motivar boas práticas entre os seus concidadãos.

A DDCJD tem promovido várias actividades, nomeadamente a participação no II Festival Nacional de Dança Popular, o fomento do associativismo juvenil e de grupos

culturais, bem como o apoio ao desenvolvimento das artes plásticas, em particular a escultura.

4.2.6 Mulher e Coordenação da Acção Social

À DDMCAS compete coordenar a integração e assistência social a pessoas, famílias e grupos sociais em situação de pobreza absoluta, dando prioridade à criança órfã, mulher viúva, idosos e deficientes, doentes crónicos e portadores do HIV-SIDA, reclusos, tóxico-dependentes, regressados e refugiados.

TABELA 7: Programas de acção social, 2000-2003

Tipo de Programa	
Crianças atendidas	602
- Nas Escolinhas	0
- Nos Centros Infantis	0
- No Infantário	0
- Na Comunidade	602
Idosos atendidos	200
- Nos Centros de Velhice	0
- Comunidade	200
Deficientes atendidos	54
- C/ próteses ou triciclos	0
- Na Comunidade	54
Mulheres atendidas	251
- Nas Associações	251
- Na Comunidade	0
TOTAL	1.107

Fonte: Direcção Distrital da Mulher e Coordenação da Acção Social

Esta Direcção tem coordenado as acções de algumas organizações não governamentais, associações e sociedade civil, promovendo a criação de igualdade de oportunidade e de direito entre homem e mulher todos aspectos de vida social e económica, e a integração, quando possível, no mercado de trabalho, processos de geração de rendimentos e vida escolar.

Apesar dos esforços desenvolvidos, são ainda bem patentes no distrito os efeitos da pobreza, calamidades naturais e da guerra que assolou Moçambique nas últimas décadas.

4.2.7 Justiça, Ordem e Segurança pública

Os serviços de justiça no distrito estão representados por um conservador e uma conservatória do registo civil e por um assistente técnico.

As preocupações com questões de segurança e ordem pública são mínimas, não existindo, actualmente, situações de risco de minas conhecidas neste distrito. Os assaltos, roubos e ofensas corporais e contrabando são os crimes mais frequentes no distrito.

4.3 Actividade de desminagem

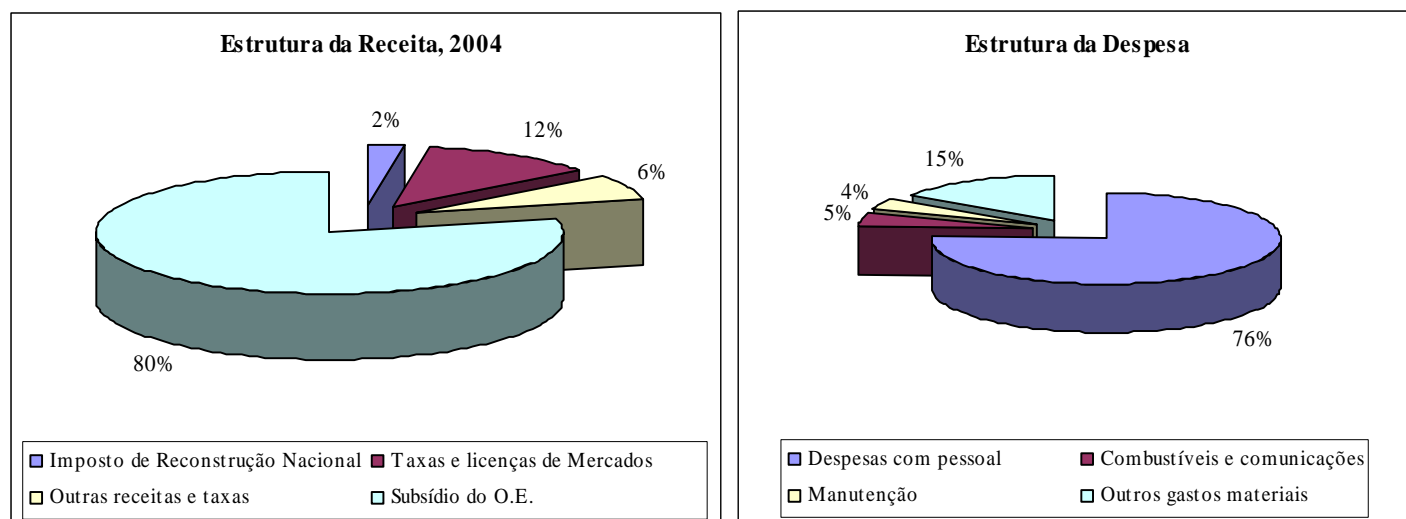
As minas constituíram, em algumas zonas identificadas, uma ameaça à segurança da população e ao desenvolvimento económico. A acção de desminagem em curso no país desde 1992, tem permitido diminuir o seu risco, sendo hoje a situação existente no país e, em particular, neste distrito muito melhor e sobretudo mais controlada e conhecida.

4.4 Finanças Públicas



A Administração do Distrito, sem inclusão das instituições subordinadas e unidades sociais, funcionou nos últimos anos com os seguintes níveis de receitas e despesas anuais.

FIGURA 4: Estrutura da Receita e da Despesa do Orçamento, 2004



Fonte: Administração do Distrito e Direcção Provincial do Plano e Finanças

O nível de receita é manifestamente insuficiente ao cabal exercício das funções distritais. A despesa corrente do orçamento distrital em 2004 foi de 23 contos por habitante, isto é, cerca de 1 USD.

Do lado da despesa, os gastos com pessoal absorvem $\frac{3}{4}$ do orçamento corrente do distrito e, à excepção das cobranças de mercados e algumas receitas de serviços, turismo e urbanismo, o esforço fiscal distrital é muito baixo.

O investimento correspondeu no período em análise a cerca de 30% da despesa total, associado principalmente à reabilitação de infra-estruturas destruídas ou danificadas pelas cheias.

Quanto ao investimento com financiamento de base distrital, o seu montante é quase nulo, sendo quase todas as acções de investimento público planificadas e orçamentadas ao nível provincial, funcionando os principais sectores sociais com finanças geridas a este nível.

À governação distrital compete essencialmente a gestão corrente, fraccionada pela dispersão orçamental dos principais sectores sociais e de infra-estruturas, o que condiciona fortemente a sua actuação num esforço coordenado de desenvolvimento e integração.

4.5 **Constrangimentos à acção do Governo Distrital**

Face à situação financeira descrita, o Governo Distrital tem tido vários constrangimentos à sua acção, de que se destacam os seguintes:

- ✚ Não alocação de fundos de investimentos para manutenção das vias de acesso;
- ✚ Falta de fundos de investimento para manutenção dos PS de Água e dos furos nas aldeias;
- ✚ Falta de infra-estruturas de educação e saúde para a população do distrito;
- ✚ Falta de viaturas para a Administração e de motorizadas para locomoção dos Chefes dos Postos Administrativos; e
- ✚ Ausência de um programa de construções para atender o crescimento do aparelho de estado.

4.6 **Apoio externo e comunitário**

Na sua actuação, o Governo Distrital tem tido apoio de vários organismos de cooperação, que promovem programas sociais de assistência, protecção do ambiente e desenvolvimento rural, que desempenham um papel activo e importante no apoio à reconstrução e desenvolvimento locais, sendo de destacar a Samaritanas, Kulima, Vet Aid, LWF, CVM e o PMA, que prestam assistência nos sectores de saúde, educação, águas, assistência social e fomento agrícola.

A construção ou reabilitação de poços e furos de água contou com o apoio da Auxílio Mundial, a MSF-Suíça ou a Federação Luterana Mundial, que igualmente promovem estágios para a manutenção de bombas Afridev.

A SASOL, no âmbito do programa de apoio para o desenvolvimento social em Gaza, em complemento da construção do *pipeline* de exportação de gás dos campos de Temane e Panda, na província de Inhambane, procedeu ao fornecimento de 8 furos de água potável nos povoados de Nhanguenha, Tocale, Pandzane, Nacwe, Mafalda, Maimane, Ndonga e Manjange, bem como duma Rádio Comunitária em Nalazi.

A participação comunitária tem sido essencial para suprir várias necessidades em infra-estruturas, face à falta de fundos existente, de que se destaca a participação activa no quadro do programa “comida por trabalho” na reabilitação e manutenção de estradas interiores, reabilitação e construção de postos de saúde e escolas, bem como residências para professores e enfermeiros, em materiais locais.

5 Uso do Solo²



A informação deste capítulo tem por objectivo analisar os traços gerais que caracterizam a base agrária do distrito, de forma a permitir inferir sobre eventuais cenários de intervenção que reforcem o sector no contexto do processo de desenvolvimento distrital.

Apesar das limitações inerentes à natureza e grau de fiabilidade dos dados que suportaram a análise, este capítulo evidencia os principais pontos fortes que fazem

deste sector veículo de intervenção privilegiado do desenvolvimento económico e social deste distrito. Referir-mo-nos, entre outros, ao facto de:

- ✚ Ser a actividade dominante em praticamente todo o distrito;
- ✚ Esta actividade fazer parte dos hábitos e costumes da população;
- ✚ A actividade ser praticada pela maioria dos agregados familiares do distrito;
- ✚ Constituir a maior fonte de emprego e de rendimento da população;
- ✚ As condições naturais permitirem a prática da actividade.

5.1 Posse da terra

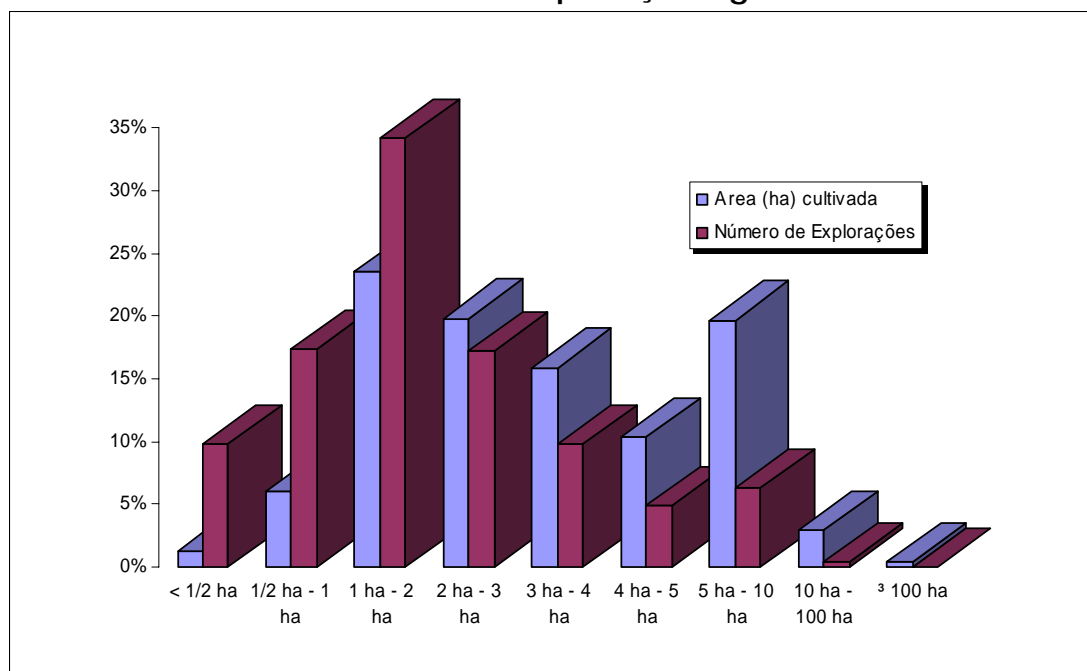
Devido à relativa baixa densidade populacional, o distrito tem uma baixa ocupação e aproveitamento da terra. Assim, não é comum emergirem conflitos significativos pela posse da terra e, conseqüentemente, por outros recursos a ela ligados, tais como a lenha e áreas de pastagem para o gado. A excepção vai para os recursos hídricos, sobre os quais surgem disputas no seu acesso.

O distrito possui cerca de 13 mil explorações agrícolas com uma área média é de 2.9 hectares. Com um grau de exploração familiar dominante, 60% das explorações do distrito têm menos de 2 hectares, apesar de ocuparem somente 30% da área cultivada. Este padrão desigual da distribuição das áreas fica evidente se referirmos que metade da área cultivada pertence a somente 20% das explorações do distrito.

Na sua maioria os terrenos não estão titulados e, quando explorados em regime familiar, têm como responsável, em quase 65% dos casos, o homem da família.

² Baseado em trabalho analítico da MÉTIER, suportado pelos dados do INE do Censo Agro-pecuário de 1999-2000. Apesar de se tratar de extrapolação s a partir duma amostra cuja representatividade ao nível distrital é baixa, considera-se que – do ponto de vista da análise da estrutura de uso e exploração da terra - os seus resultados são um bom retrato das características

FIGURA 5: Estrutura de base da exploração agrária da terra



Fonte de dados: Instituto Nacional de Estatística, Censo agro-pecuário, 1999-2000

No que respeita à posse da terra, mais de metade das 40 mil parcelas em que estão divididas as explorações são tradicionalmente pertença das famílias da região, sendo transmitidas por herança aos filhos. Abrangendo em muitos casos pequenas explorações, o seu peso específico em termos de área é, porém, de somente 30%. Um terço das parcelas agrícolas pertencem às autoridades tradicionais e oficiais do distrito.

5.2 Trabalho agrícola

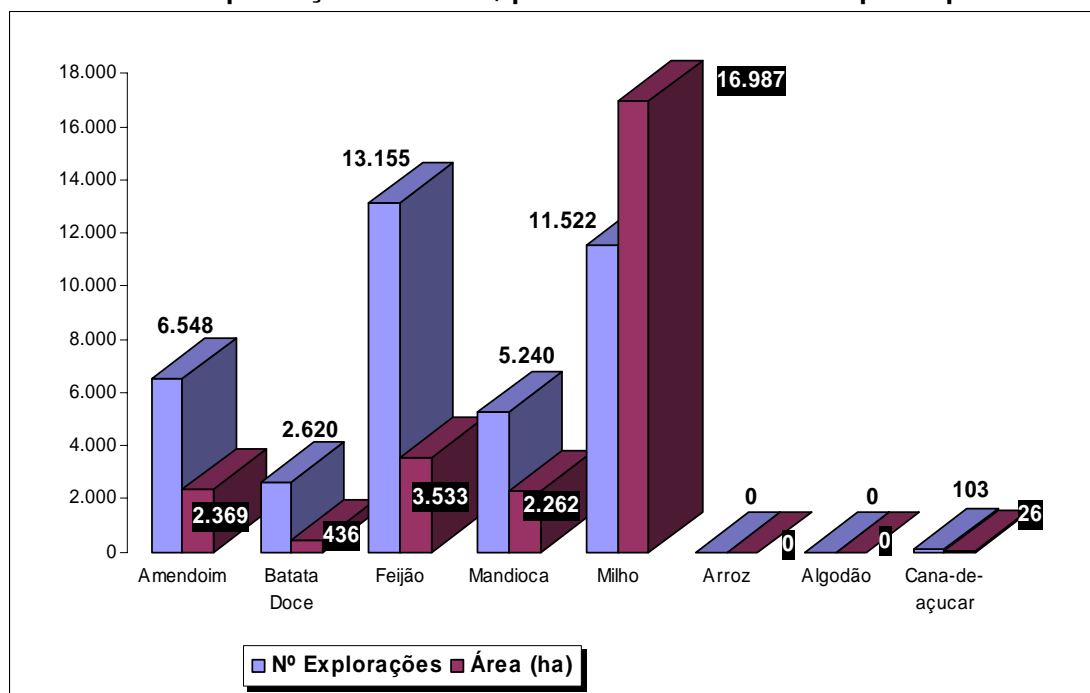
Dada a composição alargada da maioria dos agregados moçambicanos, a estrutura de exploração agrícola do distrito reflecte a base da economia familiar, constatando-se que 85% das explorações são cultivadas por 3 ou mais membros do agregado familiar.

Estas explorações estão divididas em cerca de 40 mil parcelas, metade com menos de meio hectare e exploradas em 55% dos casos por mulheres. De realçar que 30% do total de agricultores são crianças menores de 10 anos de idade, de ambos os sexos.

5.3 Utilização económica do solo

A maioria da terra é explorada em regime de consociação de culturas alimentares, nomeadamente o milho, mandioca, feijão nhemba, amendoim, batata-doce e arroz.

FIGURA 6: Explorações e área, por culturas alimentar principal



Para além das culturas alimentares e de rendimento, o distrito tem um apreciável número de fruteiras e cajueiros.

No distrito existem cerca de 6 mil criadores de pecuária e 15 mil de avicultura, a maior parte em regime familiar.

Os dados disponíveis apontam para uma estrutura de comercialização da produção que varia de 2% nos bovinos a 10% nos bicos constituindo, para além do seu valor alimentar, uma fonte importante de rendimento familiar.

A produção não agrícola constitui igualmente fonte importante de rendimento da população do distrito. Deriva, essencialmente, da venda de lenha, caniço e carvão, bem como da actividade pesqueira e artesanal, efectuado num conjunto de centenas de explorações económicas.

6 Educação

A maioria da população (70%) do distrito é analfabeta e somente 32% das pessoas com 5 ou mais anos de idade, predominantemente homens, frequentam ou já frequentaram o nível primário do ensino.

TABELA 8: População com 5 anos ou mais e frequência escolar

	POPULAÇÃO QUE:								
	FREQUENTA			FREQUENTOU			NUNCA FREQUENTOU		
	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
Distrito de Guija	16,8%	8,7%	8,1%	15,3%	9,2%	6,1%	67,8%	24,1%	43,7%
P. A. da Vila de Caniçado	27,0%	14,0%	13,0%	28,5%	14,2%	14,2%	44,6%	14,4%	30,2%
P. A. de Chivonguene	17,4%	9,0%	8,4%	14,6%	9,1%	5,6%	68,0%	23,3%	44,7%
P. A. de Mubanguene	15,8%	8,2%	7,6%	13,3%	8,6%	4,7%	70,8%	25,6%	45,2%
P. A. de Nalazi	11,1%	5,7%	5,4%	14,9%	7,9%	7,0%	74,0%	28,7%	45,3%

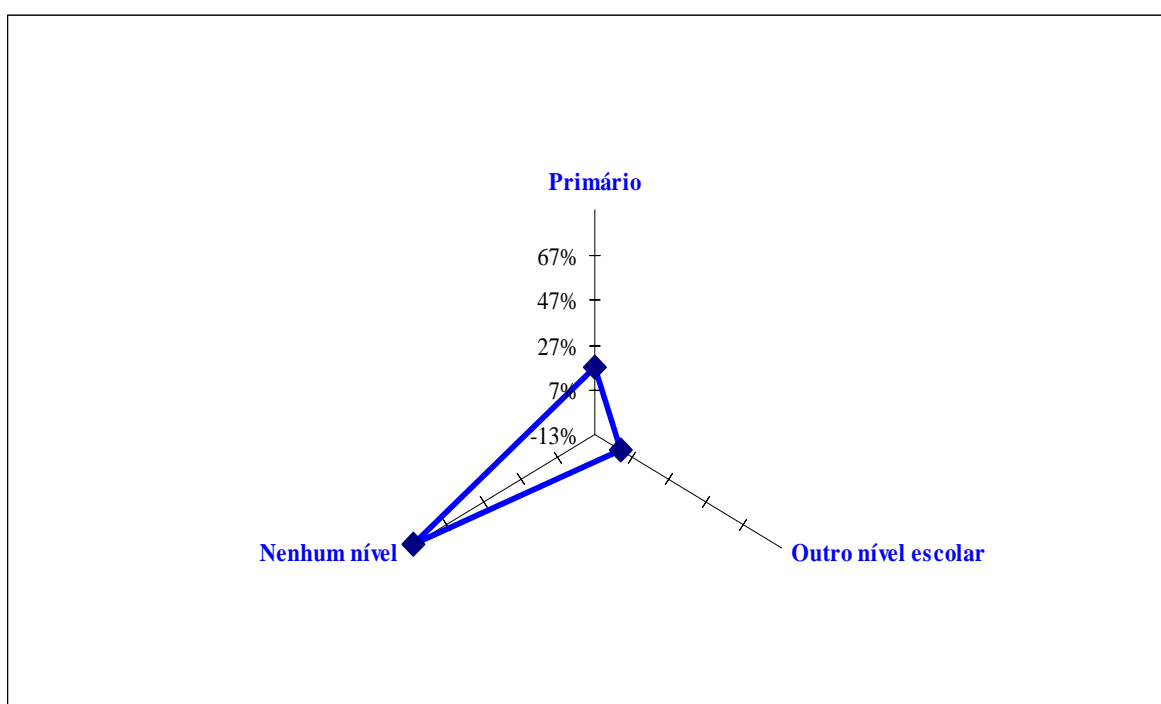
Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Dados do Censo de 1997.



A maior taxa de adesão escolar verifica-se no grupo etário dos 10 a 14 anos, onde 56% das crianças frequenta a escola, seguido do grupo de 5 a 9, o que reflecte a tardia entrada na escola da maioria das crianças rurais.

A maioria destas crianças são rapazes que frequentam o ensino primário, dada a insuficiente ou inexistente rede escolar dos restantes níveis de ensino no distrito.

FIGURA 7: População com 5 anos ou mais, por ensino que frequenta



Fonte de dados: Instituto Nacional de Estatística, Dados do Censo de 1997.

TABELA 9: População com 5 anos ou mais, por ensino que frequenta

	NÍVEL DE ENSINO QUE FREQUENTA							Nenhum nível
	Total	Alfab.	Primário	Secund.	Técnico	C.F.P.	Superior	
DISTRITO DE GUIJÁ	16,8%	0,0%	16,6%	0,2%	0,0%	0,0%	0,0%	83,2%
5 - 9 anos	42,3%	0,0%	42,3%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	57,7%
10 - 14 anos	55,8%	0,0%	55,7%	0,1%	0,0%	0,0%	0,0%	44,2%
15 - 19 anos	7,4%	0,0%	6,6%	0,8%	0,1%	0,0%	0,0%	92,6%
20 - 24 anos	2,3%	0,0%	1,6%	0,6%	0,1%	0,0%	0,0%	97,7%
25 e + anos	0,7%	0,1%	0,6%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	99,3%
Homens	20,7%	0,1%	20,4%	0,2%	0,0%	0,0%	0,0%	79,3%
Mulheres	14,0%	0,0%	13,8%	0,2%	0,0%	0,0%	0,0%	86,0%

Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Dados do Censo de 1997.

Do total de população com mais de 5 anos de idade, verifica-se que somente 9% concluiu algum nível de ensino. Destes, 93% completaram o ensino primário e 4% o nível de ensino secundário. Os restantes níveis de ensino representam somente 3% do efectivo escolarizado.

TABELA 10: População com 5 anos ou mais, por ensino concluído

	NÍVEL DE ENSINO CONCLUÍDO							Nenhum
	TOTAL	Alfab.	Primário	Secund.	Técnico	C.F.P.	Superior	
DISTRITO DE GUIJÁ	8,7%	0,3%	8,0%	0,3%	0,0%	0,0%	0,0%	91,3%
5 - 9 anos	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	100,0%
10 - 14 anos	5,1%	0,0%	5,1%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	94,9%
15 - 19 anos	15,7%	0,0%	15,2%	0,5%	0,0%	0,0%	0,0%	84,3%
20 - 24 anos	17,3%	0,1%	16,4%	0,7%	0,0%	0,0%	0,0%	82,7%
25 e + anos	8,6%	0,7%	7,3%	0,4%	0,1%	0,1%	0,0%	91,4%
Homens	10,9%	0,5%	9,8%	0,5%	0,1%	0,1%	0,0%	89,1%
Mulheres	7,0%	0,2%	6,6%	0,2%	0,0%	0,0%	0,0%	93,0%

Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Dados do Censo de 1997.

A situação global descrita reflecte, para além de factores socio-económicos, o facto de a rede escolar existente e o efectivo de professores, serem insuficientes.

TABELA 11: Escolas, Alunos, Professores – 2003

NÍVEIS DE ENSINO E POSTOS ADMINISTRATIVOS	Nº de Escolas	Nº de Alunos		Nº de Professores	
		M	HM	M	HM
TOTAL DO DISTRITO	62	9.717	17.456	113	316
EP1	36	6.607	13.212	85	214
EP2	6	708	1.311	6	33
ESG I	1	347	627	1	15
AEA	19	2.055	2.306	21	54

Fonte: Administração do Distrito e Direcção Provincial da Educação

EP1 - 1º a 5º anos; EP2 - 6º e 7º anos; ESG I - 8º a 10º Anos.

A maioria dos professores das escolas do distrito tem uma formação escolar baixa, em média entre a 6ª e 8ª classe e um ano de estágio pedagógico, o que condiciona a qualidade do ensino.

7 Saúde e Acção Social

7.1 Cuidados de saúde e quadro epidemiológico



A rede de saúde do distrito, apesar de estar a evoluir a bom ritmo, é insuficiente, evidenciando os seguintes índices de cobertura média:

- Uma unidade sanitária por cada 9 mil pessoas;
- Uma cama por mil habitantes; e
- Um profissional técnico para cada 3 mil residentes no distrito.

TABELA 12: Unidades de saúde, Camas e Pessoal, 2003

Unidades, Camas e Pessoal existente, por Posto Administrativo	Tipo de Unidades Sanitárias				Pessoal existente por sexo		
	Total de Unidades	Centro de Saúde I	Centro de Saúde II/III	Postos de Saúde			
					HM	H	M
Nº de Unidades	8	1	6	1			
Nº de Camas	74	42	32	0			
Pessoal Total	37	25	10	2	37	12	25
- Licenciados	0	0	0	0	0	0	0
- Nível Médio	3	3	0	0	3	0	3
- Nível Básico	13	9	3	1	13	7	6
- Nível Elementar	8	4	3	1	8	2	6
- Pessoal de apoio	13	9	4	0	13	3	10

Fonte: Administração do Distrito e Direcção Provincial da Saúde

A Direcção Distrital de saúde distribui regularmente por cada Centro de Saúde “Kits A e B” e pelos Postos de Saúde “Kits B”.

A tabela seguinte apresenta a evolução de alguns indicadores do grau de acesso aos serviços do Sistema Nacional de Saúde, que comprovam a evolução positiva do sector nos últimos anos.

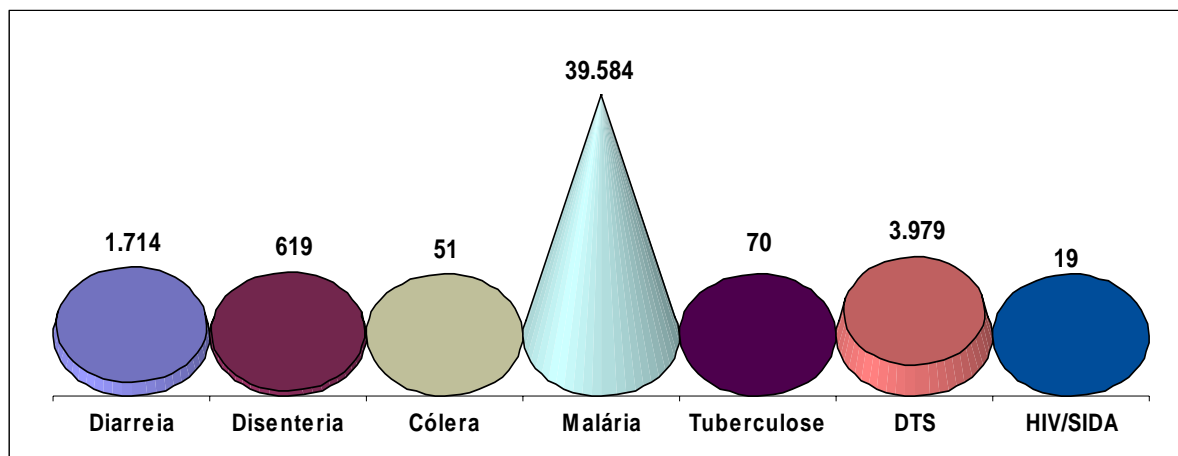
TABELA 13: Prestação de serviços de cuidados de saúde

Indicadores	2000	2001	2002	2003 (*)
Taxa de ocupação de camas	57%	57%	75%	75%
Partos	1.250	1.941	1.875	2.093
Vacinação	24.422	45.950	46.064	52.814
Saúde materno-infantil	30.488	98.201	96.756	52.030
Consultas externas	41.027	63.924	69.832	74.784
Taxa de mortalidade hospitalar	8,4%	11,5%	9,0%	3,0%
Taxa de baixo peso à nascença	9,4%	7,5%	8,0%	5,0%
Taxa de mau crescimento	8,0%	4,0%	5,0%	5,0%

Fonte: Administração do Distrito e Direcção Provincial da Saúde () Estimativa da MÉTIER e D.D.Saúde*

O quadro epidemiológico do distrito é dominado pela malária, diarreia e DTS e SIDA que, no seu conjunto, representam quase a totalidade dos casos de doenças notificados no distrito.

FIGURA 8: Quadro epidemiológico, 2003



Fonte: Administração do Distrito e Direcção Provincial da Saúde

7.2 Acção Social



A integração e assistência social a pessoas, famílias e grupos sociais em situação de pobreza absoluta, dá prioridade à criança órfã, mulher viúva, idosos e deficientes, doentes crónicos e portadores do HIV-SIDA, tóxico-dependentes e regressados.

Em Guija existem, segundo os dados do Censo de 1997, cerca de 14 mil órfãos (dos quais 30% de pai e mãe) e cerca de 1.500 deficientes (73% com debilidade física, 10% com doenças mentais e 17% com ambos os tipos de doença).

TABELA 14: População de 5 anos ou mais, e orfandade, 1997

Distrito de Guija	14.365
Homens	5.404
Mulheres	8.961
5 - 9 anos	327
10 - 14 anos	558
15 - 19 anos	762

Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Dados do Censo de 1997.

TABELA 15: População deficiente, por grupo etário, 1997

Posto administrativo e Idade	TOTAL	Física	Mental	Ambas
Distrito de Guija	1.534	1.114	147	273
0 - 14	184	117	23	44
15 - 44	732	453	80	199
45 e mais	401	351	31	19

Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Dados do Censo de 1997.

Esta Direcção tem coordenado as acções de algumas organizações não governamentais, associações e sociedade civil, promovendo a criação de igualdade de oportunidade e de direito entre homem e mulher todos aspectos de vida social e económica, e a integração, quando possível, no mercado de trabalho, processos de geração de rendimentos e vida escolar.

Desde o ano 2000, foram reunificadas com as suas famílias cerca de 600 crianças perdidas e órfãs, foram identificadas beneficiando de apoios 251 mulheres e 200 idosos, e foram assistidas 54 pessoas portadoras de deficiência.

TABELA 16: Programas de acção social, 2000-2003

Tipo de Programa	
Crianças atendidas	602
- Nas Escolinhas	0
- Nos Centros Infantis	0
- No Infantário	0
- Na Comunidade	602
Idosos atendidos	200
- Nos Centros de Velhice	0
- Comunidade	200
Deficientes atendidos	54
- C/ próteses ou triciclos	0
- Na Comunidade	54
Mulheres atendidas	251
- Nas Associações	251
- Na Comunidade	0
TOTAL	1.107

8 Gênero



O distrito de Guija tem uma população estimada de 71 mil habitantes - 40 mil do sexo feminino - sendo 14% dos agregados familiares do tipo monoparental chefiados por mulheres.

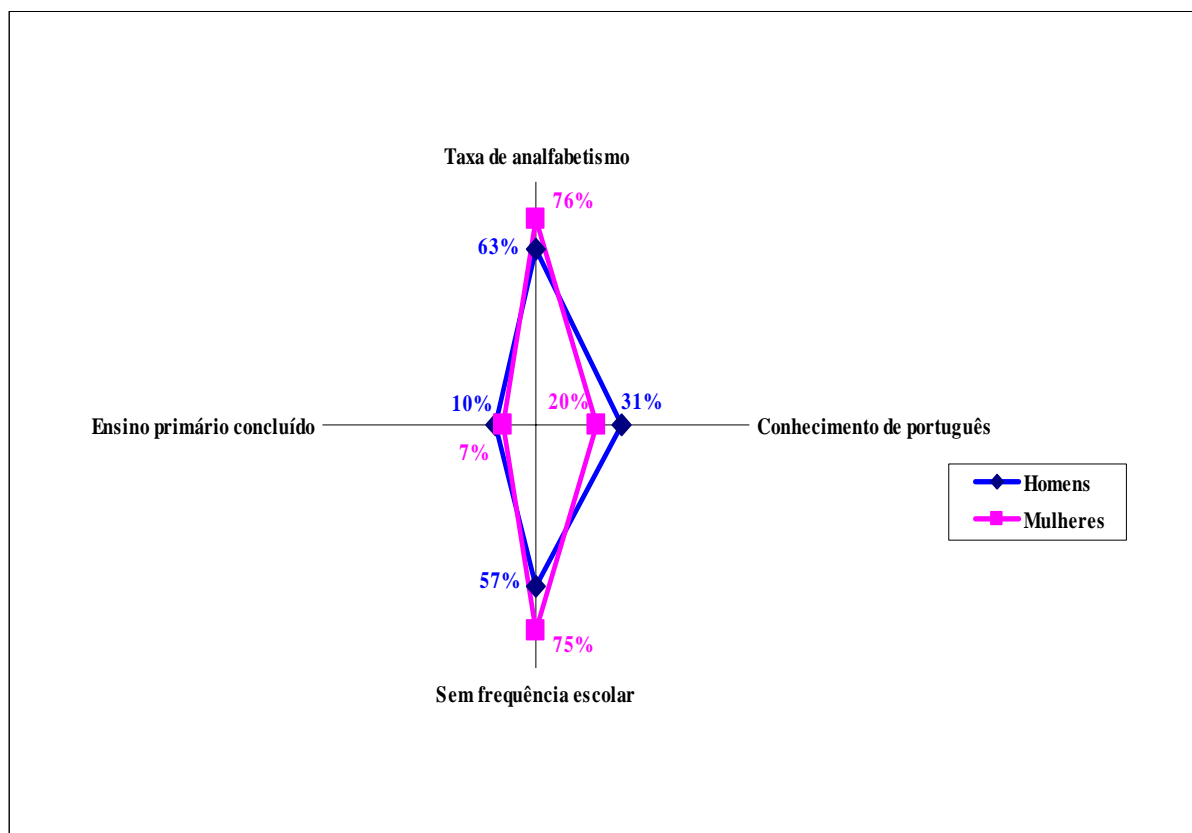
8.1 Educação

Tendo por língua materna dominante o *Xitsonga*, só metade das mulheres tem conhecimento da língua portuguesa. A taxa de analfabetismo na população feminina é de 76%, sendo de 63% no caso dos homens.

Das mulheres do distrito com mais de 5 anos, 79% nunca frequentaram a escola e somente 7% concluíram o ensino primário.

A maior taxa de adesão escolar verifica-se no grupo etário dos 10 a 14 anos, onde 65% das crianças do sexo feminino frequenta a escola, o que reflecte a entrada tardia na escola da maioria das crianças rurais, sobretudo meninas.

FIGURA 9: Indicadores de escolarização



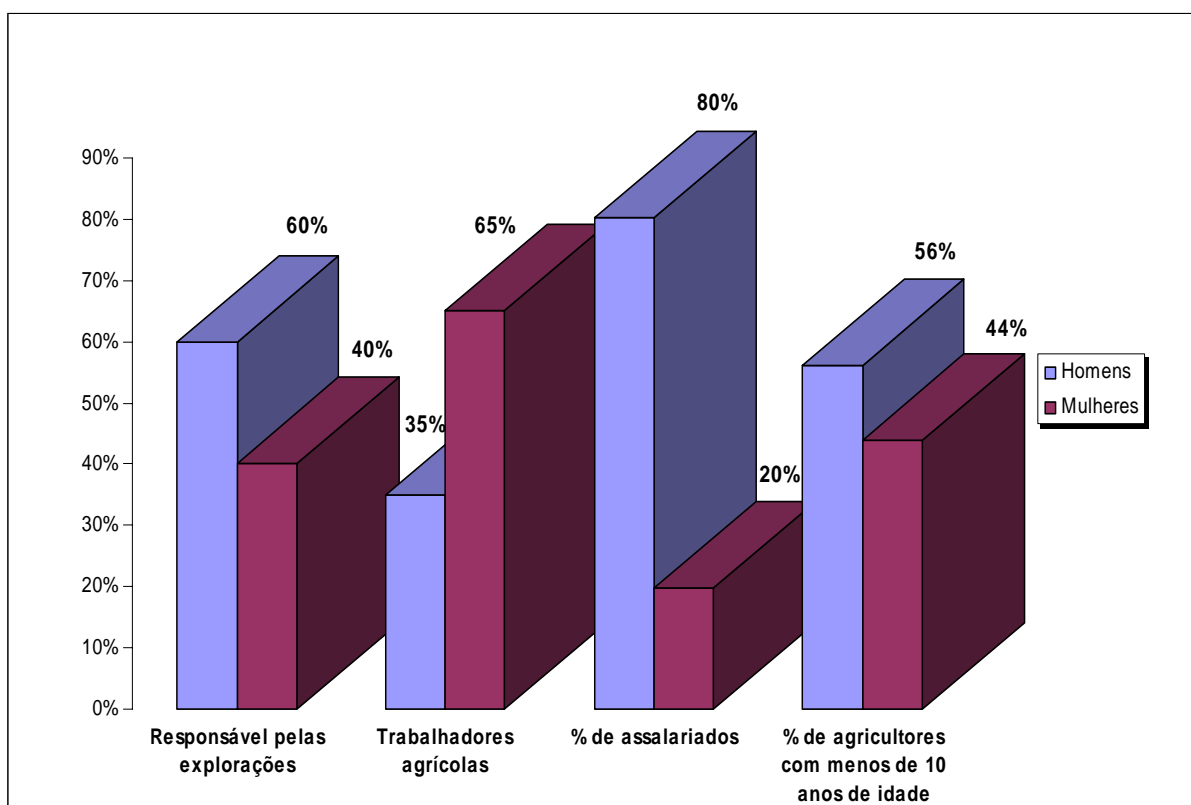
Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Dados do Censo de 1997.

8.2 Actividade económica e exploração da terra

De um total de 40 mil mulheres, 22 mil estão em idade de trabalho (15 a 64 anos). Excluindo as que procura emprego pela 1ª vez, a população activa feminina é de 15 mil pessoas, o que reflecte uma taxa implícita de desemprego feminino de 27%, contra 33% no caso dos homens.

As explorações agrícolas estão divididas em cerca de 40 mil parcelas, metade com menos de meio hectare e exploradas em 55% dos casos por mulheres. De realçar que 32% do total de agricultores são crianças menores de 10 anos de idade, de ambos os sexos, sendo 44% raparigas.

FIGURA 10: Quota das mulheres no trabalho agrícola e remunerado



Fonte de dados: Instituto Nacional de Estatística, Censo agro-pecuário, 1999-2000

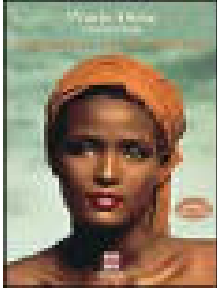
A distribuição das mulheres activas residentes no distrito de acordo com a posição no processo de trabalho e o sector de actividade é a seguinte:

- ✚ Cerca de 96% são trabalhadoras agrícolas, familiares ou por conta própria;
- ✚ 3% são vendedoras ou empregadas do sector comercial formal e informal; e
- ✚ As restantes 1% são, na maioria, trabalhadoras do sector de educação e saúde.

Nestes dois sectores chave da vida social a situação da mulher trabalhadora é, curiosamente, inversa. Assim, enquanto nos professores só 34% são mulheres, verifica-se que 70% dos técnicos de saúde do distrito são profissionais femininas.

8.3 Governação

Ao nível do distrito tem-se privilegiado a coordenação das acções de algumas organizações não governamentais, associações e sociedade civil, promovendo a criação de igualdade de oportunidades e direitos entre sexos em todos aspectos de vida social e económica, e a integração da mulher no mercado de trabalho, processos de geração de rendimentos e vida escolar.



Esta coordenação recorre a mecanismos de troca de informação, diálogo e concertação da acção, evitando a sobreposição de actividades e racionalizando recursos de forma a melhorar a eficácia e eficiência das acções governamentais e das iniciativas da comunidade e do sector privado.

Ao nível do Governo Distrital, dos 52 funcionários existentes só 12 são senhoras, em geral em posições inferiores da carreira administrativa.

9 Actividade Económica

9.1 População economicamente activa

A relação de dependência económica potencial é de aproximadamente 1:1.4, isto é, por cada 10 crianças ou anciões existem 14 pessoas em idade activa.

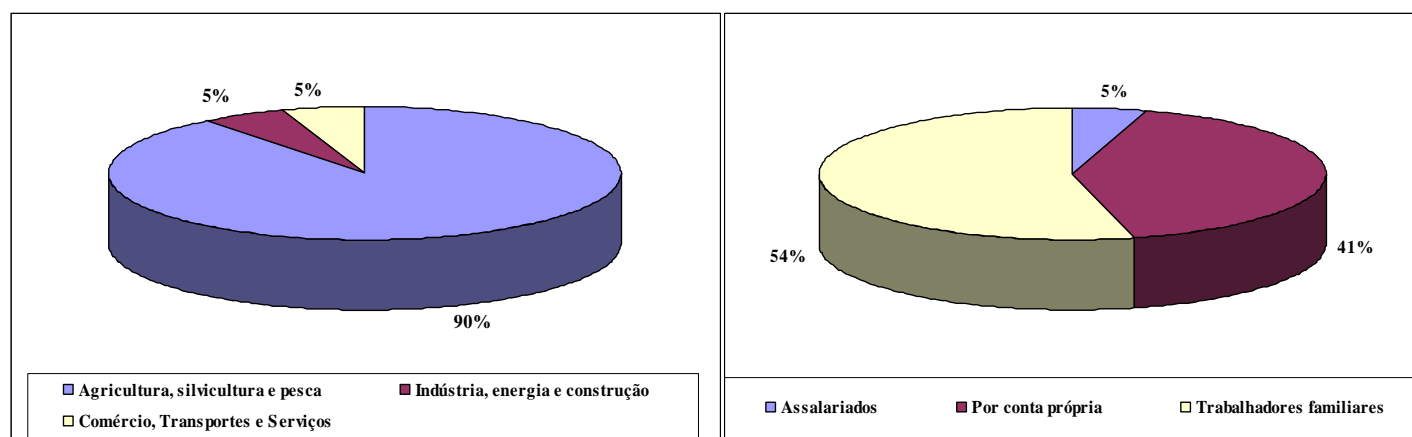
De um total estimado de 71 mil habitantes, 37 mil estão em idade de trabalho (15 a 64 anos). Excluindo os que procuram emprego pela primeira vez, a população economicamente activa é de 26 mil pessoas, o que reflecte uma taxa implícita de desemprego de 29%.

Destes, 95% são trabalhadores familiares ou por conta própria, e na sua maioria mulheres. A percentagem de trabalhadores assalariados é somente de 5% da população activa e, de forma inversa, é dominada por homens (as mulheres assalariadas representam apenas 20% do total de assalariados).

A distribuição segundo a posição no processo de trabalho e o ramo de actividade reflecte, naturalmente, a actividade dominante agrária do distrito, que ocupa 89% da mão-de-obra activa do distrito (41%, por conta própria e 57% em regime de exploração familiar).

Os sectores secundário e terciário ocupam, respectivamente, 5% e 5% da população activa, sendo dominados pela actividade de comércio formal e informal, onde trabalham cerca de 4% do total de pessoas activas e 3% das mulheres activas do distrito.

FIGURA 11: População activa³, processo de trabalho e actividade



Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Dados do Censo de 1997.

³ Com 15 anos ou mais, excluindo os que procuram emprego pela primeira vez.

TABELA 17: População activa⁴, processo de trabalho e actividade, 2005

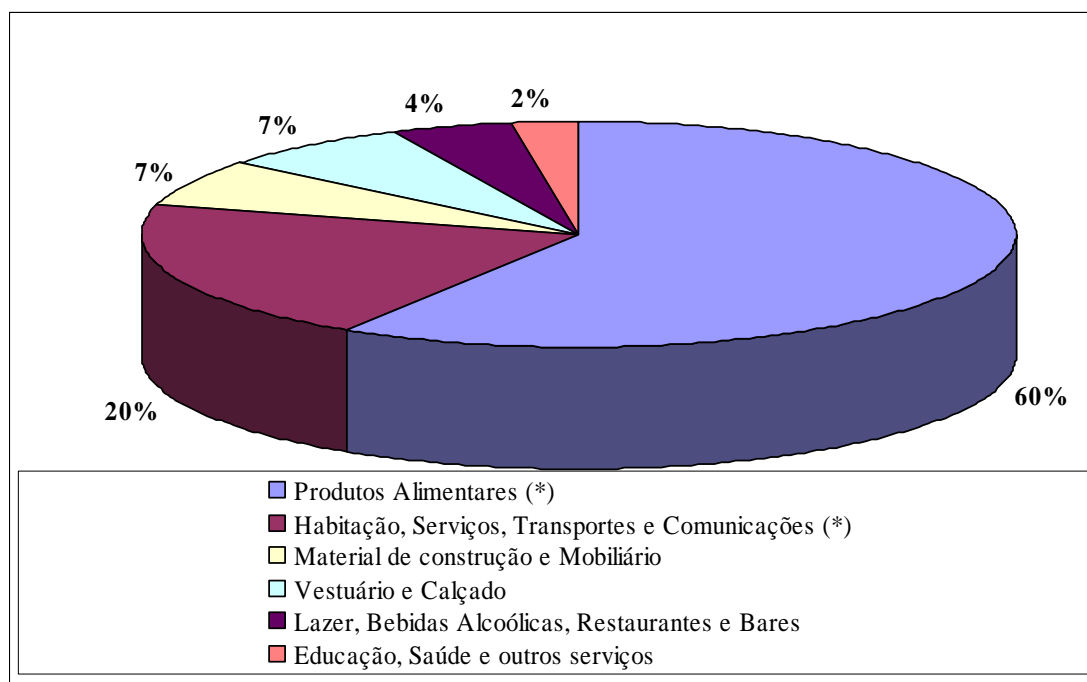
SECTORES DE ACTIVIDADE	TOTAL	POSIÇÃO NO PROCESSO DE TRABALHO						
		Assalariados			Sector Coop.	Por conta própria	Trabalhador familiar	Empresário Patrão
		Total	Estado	Empresas				
DISTRITO DE GUIJA	25.889	4,8%	1,5%	3,3%	0,1%	40,7%	53,9%	0,6%
- Homens	9.203	3,9%	1,1%	2,7%	0,0%	13,5%	17,7%	0,5%
- Mulheres	16.686	1,0%	0,4%	0,6%	0,0%	27,2%	36,2%	0,1%
Agricultura, silvicultura e pesca	23.152	1,5%	0,2%	1,3%	0,0%	36,9%	50,8%	0,2%
Indústria, energia e construção	1.359	1,4%	0,3%	1,2%	0,0%	2,0%	1,7%	0,1%
Comércio, Transportes Serviços	1.379	1,9%	1,0%	0,9%	0,0%	1,8%	1,4%	0,2%

Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Dados do Censo de 1997.

9.2 Rendimento e consumo familiar

O distrito de Guijá tem um Índice de Incidência da Pobreza ⁵ estimado em cerca de 60% no ano de 2003⁶. Com um nível médio mensal das receitas familiares estimado em 1.400 contos (50% em espécie, derivados do autoconsumo e da renda imputada pela posse de habitação própria), a população do distrito apresenta um padrão de consumo influenciado por estes dois factores, e concentrado nos produtos alimentares (59%) e na habitação, água e energia e combustíveis (20%).

FIGURA 12: Estrutura do consumo médio das famílias



(*) Inclui o autoconsumo da produção agrícola e a imputação da renda por posse de habitação própria
 Fonte: Instituto Nacional de Estatística, IAF - 2002/03.

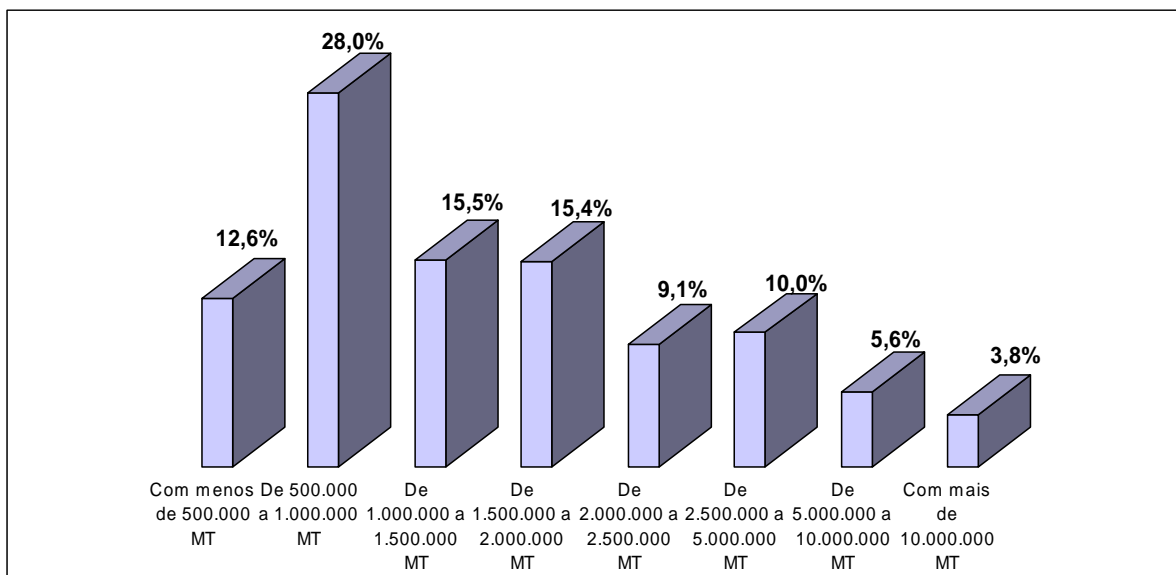
⁴ Com 15 anos ou mais, excluindo os que procuram emprego pela primeira vez.

⁵ O Índice de Incidência da Pobreza (*poverty headcount index*) é a proporção da população cujo consumo *per capita* está abaixo da linha da pobreza.

⁶ Estimativa da *MÉTIER*, a partir de dados do Relatório sobre Pobreza e Bem-Estar em Moçambique: 2ª Avaliação Nacional (2002-03), DNPO, Gabinete de Estudos do MPF.

Com variância significativa, a distribuição da receita familiar está concentrada nas classes baixas, com 72% dos agregados na faixa de rendimentos mensais inferiores a 2.000 contos.

FIGURA 13: Distribuição das famílias, por rendimento mensal



Fonte: Instituto Nacional de Estatística, IAF - 2002/03.

9.3 Infra-estruturas de base



O distrito está coberto por ligações telefónicas e via rádio na sede, e é servido pelo transporte fluvial e rodoviário, estando os seus 229km de estradas primárias, secundárias e terciárias, em geral, transitáveis.

O principal laço económico do distrito é com Chókwè, que possui infra-estruturas mais desenvolvidas, sendo a ligação feita por via

rodoviária e através de pequenas embarcações. Nos meses de muita chuva, o acesso ao distrito é dificultado porque a ponte sobre o Limpopo, que liga o Caniçado ao Chókwè, fica submersa.

A ligação com o distrito de Chibuto é feita por estrada asfaltada, sendo a comunicação da Sede para o norte, até o distrito de Chigubo, de terra batida, com transitabilidade condicionada durante a época chuvosa.

A reabertura de estradas terciárias tem tido um impacto muito importante nos sectores da educação e saúde, bem como no transporte de ajuda alimentar e no regresso dos deslocados, sendo a sua manutenção garantida pela comunidade no quadro dos programas PMA “comida pelo trabalho”.

TABELA 18: Rede de Estradas Existente

Localização	Dimensão (km)	Classificação	Transitável (S/N)	Reabilitada (S/N)	Tecnologia Utilizada
Caniçado-Chibuto	61	EN	sim	sim	M
Caniçado-Mpelane	20	ER	sim	sim	M
Caniçado-Nalázi	74	ER	sim	sim	O
Caniçado-Mbala Vala	35	NC	sim	sim	O
Chinhacanine-Mpelane	30	NC	sim	sim	M

Classificação: EN- Estrada Nacional; ER- Estrada Regional secundária, não alcatroada; NC- Não Classificada, estrada rural terciária.

Tecnologia : M- Mecanizada; O- Trabalho Manual.

O acesso à água potável continua a ser uma necessidade não satisfeita, sobretudo a norte do distrito.

Os aquíferos em quase todo o distrito são compostos por água salobra e são profundos, com excepção da área ao longo do rio Limpopo, onde existem aquíferos até 20 metros de profundidade com alta produtividade e boa qualidade de água.

No distrito de Guijá, a maior parte das aldeias tem acesso a furos com bombas (de um total de 150 furos/poços, só 110 estão operacionais), que constituem a principal fonte de água no distrito.

A sua construção ou reabilitação contou com o apoio da Auxílio Mundial (AM), a MSF-Suíça ou a Federação Luterana Mundial (FLM), que igualmente promovem estágios para a manutenção de bombas Afridev. Não existe disponibilidade local de peças o que arrasta o problema da avaria das bombas.

A SASOL, no âmbito do programa de apoio para o desenvolvimento social em Gaza, em complemento da construção do *pipeline* de exportação de gás dos campos de Temane e Panda, na província de Inhambane, procedeu ao fornecimento de 8 furos de água potável nos povoados de Nhanguenha, Tocolé, Pandzane, Nacwe, Mafalda, Maimane, Ndonga e Manjangué, bem como numa Rádio Comunitária em Nalazi.

Na época seca, alguns furos e poços secam, obrigando a população a recorrer às fontes de água não melhoradas como os rios, lagos e charcos.

De acordo com os dados do Censo de 1997, só a vila de Caniçado beneficia de energia eléctrica, que cobre cerca de 11% da população do aglomerado, o que corresponde a 1% da população total do distrito. De salientar que estão em curso, presentemente, as obras de conclusão e montagem da fase de reabilitação da rede eléctrica de Guijá.

Nesta área, a prioridade do sector e da EDM é:

- ✚ Proceder à ampliação da rede de transporte e distribuição e à electrificação rural por sistemas isolados para fins comercial, residencial e de serviços públicos em geral aos níveis urbano e rural incluindo as zonas de reassentamento;
- ✚ Reabilitar as infra-estruturas energéticas danificadas e obsoletas;

- ✚ Construir novas redes em alguns Postos Administrativos e Localidades; e
- ✚ Efectuar acções visando a redução do consumo do combustível lenhoso pela população através da disseminação da política do uso de petróleo de iluminação e energias renováveis.

Apesar dos esforços realizados, importa reter que o estado geral de conservação e manutenção das infra-estruturas não é suficiente, sendo de realçar a rede de bombas de água a necessitar de manutenção e a rede de estradas e pontes quase na época das chuvas tem problemas de transitibilidade.

9.4 Agricultura e Desenvolvimento Rural

9.4.1 Zonas agro-ecológicas



Guijá está situado na zona que já foi apelidada celeiro do país, dadas as potencialidades dos seus solos para a produção de cereais, hortícolas e outras culturas alimentares e de rendimento, sendo uma região onde o declínio de produtividade e a erosão dos solos são baixos.

De acordo com o Instituto Nacional de Investigação Agronómica, o distrito encontra-se localizado numa região agro-ecológica caracterizada por precipitações baixas e irregulares, tornando a agricultura de sequeiro de alto risco.

Os solos são aluvionares e em algumas partes arenosos, podendo ainda ser encontrados solos compactos amarelos e cinzentos, e solos vermelhos calciformos. Em anos de boas precipitações, os rendimentos da cultura de milho em sequeiro, alimento básico, chegam a atingir as 2 ton./ha, dependendo do tipo de solo.

9.4.2 Infra-estruturas e equipamento

É na faixa do distrito atravessada pelo rio Limpopo (cerca de 10% do leito do rio), que é possível fazer agricultura irrigada, com recurso a meios mecânicos de propulsão. Mais para o interior do distrito, existem algumas terras onde é possível utilizar pequenos sistemas de rega para produção agrícola, desde que haja algum investimento para a construção de sistemas de armazenamento de água.

O distrito possui cerca de 400 hectares de regadios não operacionais por avarias de equipamentos e destituições causadas pelas cheias. Está em curso um plano para a sua reabilitação, mas a capacidade financeira dos proprietários e utentes é um entrave à sua célere implementação.

9.4.3 Produção agrícola e sistemas de cultivo

De um modo geral, a agricultura no distrito é praticada em explorações familiares, em regime de consociação de culturas com base em variedades locais, havendo em algumas regiões o recurso à tracção animal e tractores.

A produção agrícola é feita predominantemente em condições de sequeiro, uma vez que as condições climáticas determinam uma colheita por ano (época das chuvas), nem sempre bem sucedida, uma vez que o risco de perda da cultura e das colheitas é moderadamente alto.

O risco é dependente da capacidade de armazenamento de humidade no solo durante o período de crescimento da cultura e, uma vez que os solos têm uma baixa capacidade de armazenamento de humidade, o risco de perda da cultura é elevado.

A irregularidade da precipitação, a grande vulnerabilidade à ocorrência de calamidades naturais nomeadamente secas e cheias, quase que condiciona o potencial de produção agrícola às áreas irrigadas existentes.

Algumas famílias empregam métodos tradicionais de fertilização dos solos como o pousio das terras, a incorporação no solo de restolhos de plantas, estrume ou cinzas. Para além das questões climáticas, os principais constrangimentos à produção são as pragas, a seca, a falta ou insuficiência de sementes e pesticidas.



Ainda são visíveis os efeitos das cheias de 2000 que afectaram principalmente toda a região sul do distrito, que se encontra no vale do Limpopo, incluindo a Vila de Caniçado, tendo danificado o seu sistema de abastecimento de água e outras infra-estruturas desta vila e das povoações comerciais de Javanhane e de Ngomane, afectando 4.500 famílias (27.000 pessoas) e provocando 65 óbitos.

Somente em 2003, após o período de estiagem que se seguiu, e a reabilitação de algumas infra-estruturas agrícolas, se voltou a intensificar a exploração da zona baixa do distrito, iniciando a recuperação dos níveis de produção de campanhas anteriores.

As culturas mais importantes para o consumo familiar são o milho, mandioca, batata-doce, feijões, amendoim, hortícolas diversas e fruteiras que são também, junto com o algodão, as mais comercializadas. Os investimentos no sector agrícola são fracos, tendo a agricultura itinerante e de sequeiro um grande expressão.

Ao longo do rio Limpopo localiza-se um número bastante limitado de produtores privados que se dedicam à produção de hortícolas e milho. O sector privado recorre a fertilizantes químicos e, o familiar ao estrume e outras técnicas tradicionais, tais como, o pousio, queimadas e incorporação de restolhos de plantas e detritos armazenados.

A produção de culturas depende essencialmente da mão-de-obra familiar embora se utilize também o trabalho manual sazonal pago e não pago. Os constrangimentos à produção são, principalmente, a falta de sementes, a ausência de sistemas de rega, a falta de animais de tracção, a seca, a insuficiência de alfaia e as pragas.

TABELA 19: Produção agrícola, por culturas: 2000-2003

Culturas e Sectores produtivos	Campanha 2000/2001		Campanha 2001/2002		Campanha 2002/2003	
	Área (ha) Semeada	Produção (Toneladas)	Área (ha) Semeada	Produção (Toneladas)	Área (ha) Semeada	Produção (Toneladas)
Milho	28.536	6.052	18.820	5.448	41.595	4.903
Amendoim	2.560	2.330	1.575	150	2.000	60
Mandioca	1.560	6.325	2.578	6.540	3.600	120
Feijões	2.804	215	2.037	128	2.265	131
Batata Doce	850	3.912	1.055	4.800	1.500	2.940
Hortícolas	27	276	123	922	193	1.351
Banana	12	96	26	220	29	225
TOTAL DO DISTRITO	36.349	19.206	26.214	18.208	51.182	9.730

Fonte: Administração do Distrito e Direcção Provincial de Agricultura

9.4.4 Segurança alimentar



O distrito de Guijá está dividido em duas zonas do ponto de vista da segurança alimentar. A área sul é caracterizada por uma densidade populacional relativamente elevada e por produzir geralmente duas colheitas por ano. A área mais a norte é seca, com baixa produção agrícola e mais adequada para a pecuária.

Dados do levantamento dos “Médicos sem Fronteiras” permitem estimar em 3,5 meses, a média de reservas alimentares por agregado familiar para cereais e para a mandioca.

Em geral na zona Norte, a produção da colheita principal que começa em Abril é insuficiente para cobrir as necessidades de alimentos básicos, que só são satisfeitas com a colheita de segunda época, no fim do ano, com compras com base nos rendimentos não agrícolas auferidos, venda de artesanato e lenha e o comércio, ou outros mecanismos de ajuda e subsistência. As grandes empresas agro-pecuárias da região e o trabalho migratório na África-do-Sul possibilitam, também, ingressos familiares complementares.

Para fazer face a esta situação, as autoridades distritais e o MADER lançaram um plano de acção

para redução do impacto da estiagem incluindo sementes e culturas resistentes e introdução de tecnologias adequadas ao sector familiar.

As principais organizações que apoiam o distrito, sobretudo aquando de calamidades, são o PMA, o Departamento de Prevenção e Combate às Calamidades Naturais (DPCCN) o PESU (Programa de Emergência de Sementes e Utensílios), a Save the Children Federation USA (SCF) e a Organização Rural de Ajuda Mútua (ORAM), cuja actuação inclui a entrega de alimentos do programa “comida pelo trabalho”, a distribuição de sementes e de instrumentos agrícolas.

9.4.5 Pecuária



O fomento pecuário tem sido fraco. Porém, o investimento privado e a tradição na criação de gado e uso de tracção animal, conduziram ao crescimento do efectivo bovino de 19 mil cabeças em 2000, para cerca de 31 mil cabeças em 2004, cuja exploração é feita por vários criadores privados e familiares, servidos por algumas infra-estruturas de apoio.

Os animais domésticos mais importantes para o consumo familiar e para comercialização são as galinhas, os patos, os cabritos, as ovelhas, os porcos e os bois. A população local tem por hábito, em algumas zonas, utilizar animais de tracção, nomeadamente bois e burros.

O sector familiar é o maior detentor de animais do distrito, com mais de 90% do efectivo, seguindo o sector privado que, ultimamente, aparece com intenções de realizar grandes investimentos no sector.

No sector familiar o regime de criação é livre, utilizando zonas de pastagem comunitárias, infra-estruturas sanitárias públicas e beneficiam de serviços básicos de assistência gratuitos. O sector comercial privado emergente faz a sua produção em áreas privadas onde desenvolvem as suas infra-estruturas e, contratam assistência técnica. Dada a existência de boas áreas de pastagem e de fontes de água próximas, existem boas condições para o desenvolvimento da pecuária.

As principais limitações para o seu incremento são a descapitalização dos criadores, as infra-estruturas pecuárias danificadas (tanques carracidas e aerobombas) e, em alguns anos, a insuficiência de chuvas.

9.4.6 Florestas e Fauna bravia

Com excepção da parte Sul (partes dos PA's de Mubangoene e Chivongoene e todo o PA de Caniçado) ao longo do rio Limpopo, que é propícia à prática da agricultura, a vegetação natural do distrito é maioritariamente constituída por uma pradaria arborizada e matagal baixo, com algumas manchas dispersas de matagal médio e floresta baixa medianamente densa.

Estes tipos de vegetação compõem maioritariamente a savana de acácia. As outras espécies de árvores comuns que ocorrem incluem a chanfuta, canhoiro, M'vanase-c, Umpiso-r, Condla, Conola-c e Chachano-r. Nas zonas baixas ocorrem graminais extensivos com algumas árvores.

Das principais espécies florestais destinadas à produção de madeira destacam-se a chanfuta, necrusse, sândalo, pau-ferro e chanate. As espécies de 4ª classe são usadas na construção de habitações locais e na obtenção de lenha e carvão, sendo ambos os combustíveis comercializados localmente.

As espécies de fauna que ocorrem no distrito de Guijá incluem cabritos do mato, impalas, cudos, lebres, chipenes, porcos-espinhos hipopótamos. No passado havia, além destes, elefantes, búfalos, bois-cavalos e avestruzes, tendo algum potencial comercial e turístico.

O produto da caça complementa a dieta alimentar das populações. O principal constrangimento para a conservação da fauna é a caça furtiva.

O distrito possui um fraco potencial piscícola. A população consome peixe da Logoa Bambene e do rio Limpopo e afluentes. As espécies principais incluem a tilápia, a carpa e o peixe de barba.

9.5 Indústria e Comércio

A rede e actividade comercial em Guijá são reduzidas. O mercado de produtos agrícolas, sobretudo do sector familiar, tem alguma expressão, havendo comerciantes de Xai-Xai, Chókwè, Macia e Maputo que se deslocam ao distrito para comprar a produção local, incluindo produtos da caça. Por sua vez, as populações efectuam a compra e venda de produtos agrícolas, pecuários e bens de consumo no distrito ou em distritos próximos.

A principal restrição a uma maior comercialização é o baixo nível de excedentes, a par dos baixos preços praticados e da falta de bens de consumo para compra.

No sector comercial formal estão em funcionamento apenas 10 lojas, havendo 20 inoperacionais. Existem ainda em actividade uma moagem, uma oficina e uma padaria. A recuperação dos estabelecimentos inoperacionais está condicionada a investimentos que os antigos proprietários não têm capacidade de fazer, uma vez que se encontram descapitalizados.

No distrito não há fontes de crédito operantes. O crédito formal, escasso, é acessível através de ONG's ou fundos especiais. Algumas famílias locais funcionam como fonte informal de crédito mas, dada a sua pouca expressão, o impacto na actividade económica é insignificante.

Existe uma pequena iniciativa do Fundo de Fomento Agrário de financiamento de um núcleo de agricultores, numa acção destinada a mitigar os efeitos das cheias de 2000.

Anexo: Autoridade Comunitária no Distrito de Guija

(Fonte de dados: Direcção Nacional da Administração Local)

Nº	Nome completo	Designação Local de Aut. Comunitária	Sexo	Área de Jurisdição			Data de Reconhecimento
				Posto Administrativo	Localidade	Bairro/Regulado	
1	Ernesto Chohane Mapsaganhe	Chefe Tradicional			N'wantxomane		
2	Justino Mugabe	Chefe Tradicional			Maguiguane		
3	José Maria Samuel Zita	Chefe Tradicional			Nhampunguane		
4	António Chirruna Vuma	Chefe Tradicional			Chinhacanine		
5	Alberto Chongo	Chefe Tradicional			Tomanine		
6	Américo Machucane Mabunda	Chefe Tradicional			Nhatine		
7	Domingos Tuto Cossa	Chefe Tradicional			Mubanguene		
8	Albino Mazanda Mutocha	Chefe Tradicional			Sifo		
9	António Fumane Mabunda	Chefe Tradicional			Chichongolo		
10	José Mapsanganhe	Chefe Tradicional			M'pelane		

Referências documentais

Administração do Distrito de Guija, *Balanço de Actividades Quinquenal para a 4ª Reunião Nacional, 2004.*

Administração do Distrito de Guija, *Perfil Distrital em resposta à metodologia da MÉTIER, 2004.*

Direcção de Agricultura da Província de Gaza, *Balanço Quinquenal do Sector Agrário da Província de Gaza, Maio 2004.*

Direcção de Agricultura da Província de Gaza, *Plano de Desenvolvimento do Sector Agrário da Província de Gaza, 2002.*

Direcção Provincial da Educação de Gaza, *Relatório de Actividades, 2004.*

Direcção Provincial de Saúde de Gaza, *Relatório de Actividades, 2004.*

District Development Mapping Project, *Perfil de Guija, 1995.*

Instituto Nacional de Estatística, *Anuário Estatístico da Província de Gaza, 2001.*

Instituto Nacional de Estatística, *Anuários Estatísticos, 2000 a 2003.*

Instituto Nacional de Estatística, *Dados do Censo agro-pecuário, 1999-2000.*

Instituto Nacional de Estatística, *Dados do Inquérito às Receitas e Despesas dos Agregados Familiares, 2003 e 1997.*

Instituto Nacional de Estatística, *Dados do Recenseamento da População de 1997.*

Instituto Nacional de Estatística, *Estatísticas Sociais e Demográficas, CD, 2004.*

J. du Toit, *Provincial Characteristics of South Africa, 2002.*

Lourenço Rodrigues, MSc, *Experiência de Planificação Distrital de Alto Molocué, 1986.*

MÉTIER,Lda, *Folhas Informativas dos 33 Municípios, 2000 e 1997.*

MÉTIER,Lda, *Moçambique: Crescimento e Reformas, 2003..*

MÉTIER,Lda, *Perfil de Descentralização de Moçambique, 2004.*

Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural – Hidráulica Agrícola, *Levantamento dos Regadios na Zona Sul - Fase 3, Volume I, Relatório Final, Junho 2002.*

Ministério da Educação, *Estatísticas Escolares, 2000 a 2003.*

Ministério da Saúde, Direcção de Planificação e Cooperação, *Perfil Estatístico Sanitário da Província de Gaza*, 2004.

Ministério do Plano e Finanças e Ministério da Administração Estatal, *Orientações para a elaboração dos Planos Distrais de Desenvolvimento*, 1998.

Ministério do Plano e Finanças, *Balanço do Plano Económico e Social de 2003, 2004*.

Ministério do Plano e Finanças, Gabinete de Estudos, DNPO, *Relatório sobre Pobreza e Bem-estar em Moçambique: 2ª Avaliação Nacional (2002-03)*.

Ministério do Plano e Finanças, *Plano de Acção Para a Redução da Pobreza Absoluta (2001-2005)*, Conselho de Ministros, 2001.

UN System, *Mozambique Common Country Assessment*, 2000.

UN System, *Mozambique – Millennium Development Goals*, 2002.

UNDAF, *Mozambique - Development assistance Framework*, 2002-2006.

UNDP, *Governance and local development*, 2004.

UNDP, *Poverty and Gender*, 2004.

UNDP, *Relatórios Nacionais do Desenvolvimento Humano, 1998 a 2001*.

UNDP, *Rural Regions: Overcoming development Disparities*, 2003.

UNDP, *Sustained local development, Senegal*, 2004.

Unidade de Coordenação do Desenvolvimento Integrado de Nampula, *Brochura Distrital e Municipal*, 2003.

Ville de Gatineau, Canadá, *Profil Economique*, 2004.

World Bank, *Poverty Monitoring Toolkit*, 2004.

World Bank, *Social Analysis Sourcebook*, 2003.

Série: Perfis Distritais
Edição: 2005

Editor: Ministério da Administração Estatal
Coordenação: Direcção Nacional da Administração Local
Copyright © Ministério da Administração Estatal
Um resumo desta publicação está disponível na Internet em <http://www.govnet.gov.mz/>

Assistência técnica: MÉTIER – Consultoria & Desenvolvimento, Lda
Um resumo desta publicação está disponível na Internet em <http://www.metier.co.mz>
Copyright © MÉTIER, Lda



MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO ESTATAL

Série “Perfis Distritais de Moçambique”

Edição 2005